

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

RENATA ADRIANA DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS: REAL, SIMBÓLICO,
IMAGINÁRIO

MARINGÁ-PR
2009

RENATA ADRIANA DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS: REAL, SIMBÓLICO,
IMAGINÁRIO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ceci – Maria Aparecida Honório.

MARINGÁ
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S729c Souza, Renata Adriana de
A construção discursiva de crianças e adolescentes em documentários brasileiros: real, simbólico, imaginário / Renata Adriana de Souza. -- Maringá : [s.n.], 2009.
101 f. : il. color., retrs.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Honório.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, 2009.

1. Violência - Crianças. 2. Exclusão social - Crianças. 3. Violência - Adolescentes. 4. Criminalidade - Crianças e adolescentes. 5. Documentários - Análise. 6. Análise do discurso - Aspectos sociais. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 21.ed.306.44

RENATA ADRIANA DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS: REAL, SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual de Maringá como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Letras,
área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovado em 28 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Honório
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente –

Prof.^a Dr.^a Ismara Eliana Vidal de Souza Tasso
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof.^a Dr.^a Telma Domingues da Silva
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS/ Pouso Alegre – MG

Para meus pais, Terezinha e Francisco,
por terem acreditado em mim.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Ceci – Maria Aparecida Honório – por todas as inquietações despertadas e pela orientação precisa, enriquecedora, cuidadosa, atenciosa.

Às Professoras. Dras. Ismara Tasso e Tânia Maria Campos Zen pela leitura minuciosa na qualificação e valiosas contribuições.

Às Profas. Dras. Ismara Tasso e Telma Domingues da Silva, banca examinadora, por terem, gentilmente, aceito o convite.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Letras, Maria Célia Passenti, Neiva Jung, Edson Carlos Romualdo, Pedro Luis Navarro Barbosa, que tiveram enorme participação no desenvolvimento desta pesquisa.

À Profa. Dra. Silvia Inês Coneglian de Vasconcelos por ter proporcionado a entrada em “a ordem do discurso”.

Às amigas de pós-graduação Ana, Juliana, Adriana, Grecieli, Verinha, Elaine pelas discussões e desabafos sempre acalorados.

À Profa. Nilda Barbosa pela tradução do resumo.

Ao Prof. Luis Hermenegildo Fabiano por ter me proporcionado uma enriquecedora discussão sobre cinema.

À Andréa Regina Previati por todo o auxílio prestado durante o período de pós-graduação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	
PONTO DE PARTIDA: CONTESTAR EVIDÊNCIAS E REFLETIR SOBRE O PAPEL DA IDEOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO	06
1.1 ASPECTOS DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO.....	06
1.2. SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	09
1.3 CADEIA SIGNIFICANTE: UM LUGAR DE CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO..	13
1.4 ANÁLISE DE DISCURSO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E IDEOLOGIA.....	15
1.5 IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 2	
MENINOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA DO BRASIL	23
2.1. SIGNIFICANTES E SIGNIFICADOS: SIGNIFICAÇÕES ETIMOLÓGICAS RELACIONADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	23
2.2. ASPECTOS DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	25
2.3. A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL DE ONTEM.....	27
2.4. NOVAS FORMAS DE TRATAMENTO COM A CRIANÇA CARENTE.....	35
2.5. DITADURA MILITAR: TOLERÂNCIA ZERO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES CARENTES.....	38
2.6. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITO NA SOCIEDADE.....	40
CAPÍTULO 3	
DOCUMENTÁRIO, REALIDADE E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	44
3.1.IMPRESSÃO, REPRODUÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE?.....	44
3.2.DOCUMENTÁRIO, OPACIDADE, COMPLEXIDADE.....	46
3.3. PRODUÇÃO DE REALIDADE OU EFEITO DE REALIDADE.....	49
CAPÍTULO 4	
A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E DE SUJEITOS EM <i>FALCÃO: MENINOS DO TRÁFICO</i>	54
4.1. O SIGNIFICANTE MENINOS DO TRÁFICO.....	54
4.2. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS E SUBJETIVIDADE NO DOCUMENTÁRIO.....	59

CAPÍTULO 5	
O CASO ÔNIBUS 174.....	71
5.1. O SIGNIFICANTE MENINOS DE RUA.....	71
5.2. A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E SUBJETIVIDADE NA PRODUÇÃO.....	75
5.3. MAIS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O SUJEITO.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

RESUMO

O objetivo proposto para esta pesquisa foi compreender o processo de construção de sentidos para o sujeito-criança e sujeito-adolescente em contextos de criminalidade e violência, através da análise dos documentários: *Falcão: meninos do tráfico* e *Ônibus 174*. Nosso estudo priorizou explicitar o modo como sentidos e subjetividades são construídos por meio de mecanismos simbólicos, considerando a relação entre materialidades discursivas verbais e imagéticas. Os mecanismos simbólicos são aqui considerados à luz da teoria da Análise de Discurso (AD), em relação ao real e imaginário, apoiando-nos, principalmente, em Pêcheux e Orlandi, que remetem o discurso ao jogo da língua (sujeita a falhas) na história (lugar da contradição), pensando a ideologia em sua constituição. O conceito de discurso complexo, proposto por Zen (2007) também nos fornece um suporte para pensar a relação entre as diferentes materialidades. Nesse sentido, tomamos os documentários como discurso complexo, analisando a relação entre o verbal e a imagem como lugar de produção de sentidos e de subjetividades. Em nosso processo analítico, observamos que o modo como cada documentário constrói sentidos para os sujeitos considerados é diferenciado, tendo em vista as diferentes condições de produção de cada produção e o modo como o termo *meninos*, presente nos dois filmes, ganha sentidos na historicidade do dizer. Em *Falcão: Meninos do Trágico*, os sentidos são produzidos por um sujeito-autor que pertence à favela e que expõe vozes que falam de dentro do tráfico. No interior do tráfico, o sujeito-menino é significado como *fragmento* e *inumano*, sua condição de criança é reconhecida, para, em seguida, ser negada, no contexto do crime. Por sua vez, em *Ônibus 174* o sujeito-autor expõe várias vozes que falam do lugar de fora da criminalidade. Ao ressignificar a discursividade da mídia, o adolescente é subjetivado como *vítima*, lugar a partir do qual ele passa a ser interpretado como alguém que precisa de cuidados. Da perspectiva desses filmes, a exclusão social materializa-se como o processo de significação produzido em relação aos sujeitos: excluídos enquanto sujeitos de direito no contexto da criminalidade, sua visibilidade enquanto crianças ou adolescente é (quase) apagada. Mas, pelas falhas, pela contradição, outros lugares também estão sendo produzidos nesses espaços simbólicos, o que nos faz pensar que sujeitos e sentidos podem se movimentar na história e vir a ocupar novos lugares.

Palavras-chave: Criança, Adolescentes, Documentários Brasileiros, Discurso Complexo; Subjetividade

Résumé

L'objectif que l'on propose dans cette recherche c'est de comprendre le procédé de construction du sens pour le sujet-enfant et pour le sujet-adolescent dans des contextes de criminalité et de violence, en analysant les documentaires: *Falcão: meninos do tráfico* et *Ônibus 174*. Dans notre étude, notre priorité est de montrer la construction du sens et de la subjectivité par des mécanismes symboliques, tout en considérant la relation entre matérialité verbale et imagétique. Les mécanismes symboliques sont ici considérés à partir de la théorie de l'Analyse du Discours (AD), tout en gardant la relation au réel et à l'imaginaire et ayant comme appui principalement les théoriciens Pêcheux et Orlandi, qui renvoient le discours au jeu de la langue (qui peut avoir de fautes) dans l'histoire (lieu d'équivoques), en pensant l'idéologie dans sa constitution. Le concept de discours complexe, qui propose Zen (2007) nous donne aussi des supports pour penser la relation entre les différentes matérialités. Dans ce sens l'on prend les documentaires comme discours complexe, en analysant la relation entre le verbal et l'image comme lieu de production de sens et de subjectivités. Dans notre analyse, l'on observe que la façon dont chaque documentaire construit les sens pour les sujets considérés est différent, en considérant les différentes conditions de production de chacun et la façon dont le terme *enfants*, présent dans les deux films, gagne du sens dans l'historicité du dire. Dans *Falcão: Meninos do Tráfico*, les sens sont produits par un sujet-auteur qui appartient au monde de la favela et qui montre des voix qui parlent en tenant comme réalité le trafic. De ces lieux, où le sujet-enfant est signifié comme *fragment et inhumain*, sa condition d'enfant est reconnue, pour, après, être niée, dans le contexte du crime. Par-contre, en *Ônibus 174*, le sujet-auteur expose plusieurs voix qui parlent en dehors de la criminalité. En resignifiant la discoursivité des médias, l'adolescent est subjectivé comme *victime*, lieu à partir duquel, lui, il passe à être interprété comme quelqu'un qui a besoin des soins. La perspective de ces films, l'exclusion sociale se matérialise comme le procédé de signification produit en relation à des sujets: exclus en tant que sujets de droits dans le contexte de la criminalité, sa visibilité comme enfants ou adolescents est (presque) nulle. Toutefois, pour le manque, pour l'équivoque, d'autres lieux sont aussi produits dans ces espaces symboliques, ce qui nous fait penser que sujets et sens peuvent se mouvoir dans l'histoire et y occuper de nouveaux lieux.

Mots-clés: Enfants, Adolescents, Documentaires Brésiliens, Discours complexe, subjectivité

INTRODUÇÃO

É comum produções fílmicas serem consideradas lugares produtores de subjetividade, devido ao fato de mostrarem sujeitos de diversos tipos, origens, classes sociais, personagens de um mundo que, muitas vezes, podem estar distantes do sujeito espectador. Por esse motivo, encontramos discursos que atribuem aos sujeitos e as situações representadas concepções de verdade e realidade.

Se já existem estudos que apontam para esse fato e sujeitos que a eles creditam, haveria necessidade de mais um trabalho que falasse de produção de subjetividade? Digamos que por mais debatido que seja o assunto, vivemos em um tempo fluido, onde não existem concepções totalizantes, por isso, sempre haverá questões, envolvendo subjetividades outras, a serem discutidas. Nesse sentido, o universo fílmico torna-se um importante veículo para a realização de estudos sobre o sujeito contemporâneo.

No entanto, atribuir a esse universo, concepções de “verdade” e “realidade” pode ser problemático, devido ao fato de se criar um reducionismo referente às questões abordadas, como se a perspectiva que aparece diante do espectador fosse única, estável. Ou seja, como se a produção fosse, nas palavras de Pêcheux (2006), uma “técnica material” que se propõe a classificar indivíduos, marcá-los, identificá-los, compará-los, colocá-los em determinada ordem etc.

É preciso que se considerem os diversos tipos de filmes como lugares de construção de sentidos e de sujeitos, sendo que, esse processo é realizado por meio de uma materialidade própria constituída por discursos verbais e imagéticos. Podemos dizer que o discurso fílmico, enquanto construção discursiva, funciona como um gesto de interpretação do sujeito-autor sobre uma determinada questão, proporcionando uma discussão a respeito dessa problemática e dos sujeitos envolvidos.

Entre essas problemáticas, questões envolvendo crianças e adolescentes em situação de exclusão e marginalidade têm aparecido com bastante regularidade em produções como: *Cidade de Deus* (de Fernando Meireles, 2002), *O Maior Amor do Mundo* (Cacá Diegues, 2006), *Quanto Vale ou É por Quilo?* (Sérgio Bianchi, 2005), *Meninas* (Sandra Werneck, 2006), *Favela Rising* (Jeff Zimbalist e Mat Mochary, 2004), *Falcão: Meninos do Tráfico* (MV Bill e Celso Athayde, 2005), *Ônibus 174* (José Padilha, 2002) etc. Nessas produções a imagem de crianças e adolescentes ou aparecem

como foco principal, ou como algum núcleo que se sobressai no desenvolvimento da produção.

Se, como estabelece Henry (1994), os fatos demandam sentidos, pensando a regularidade com que a criança e o adolescente têm aparecido e considerando filmes como construções discursivas de sentidos e de sujeitos propomos, para esta pesquisa, uma análise de dois documentários: *Falcão: meninos do tráfico* e *Ônibus 174*. Mais precisamente, nosso objetivo consiste em compreender o processo de construção de sentidos para sujeitos-criança e sujeitos-adolescente em contextos de criminalidade e violência, por meio da análise dos filmes.

O que chamou nossa atenção, inicialmente, nos documentários foi o modo de significação dos sujeitos: *meninos do tráfico*, *meninos de rua*. Há uma regularidade nas duas produções no que se refere a um deslocamento do sentido da palavra *meninos* que, segundo o dicionário Houaiss (2001), é utilizada em nossa contemporaneidade para significar crianças e adolescentes. Vamos pensar os sujeitos-menino nas duas produções em relação à criança e ao adolescente, nos atendo ao fato de o termo em questão ter sido ressignificado para se referir aos sujeitos e ao lugar ocupado por eles nos ambientes de violência. Acreditamos que a forma de significação dos sujeitos, posta em relação aos discursos verbais e imagéticos (considerados a partir das condições sócio-históricas e ideológicas de cada produção), nos permita compreender o processo de construção de sentidos, assim como, de aspectos da subjetividade materializados nos documentários¹.

No Brasil, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com o intuito de melhor compreender a relação entre discursos verbais e imagéticos.

Lagazzi (2004) tem analisado documentários que tematizam conflitos sociais em nosso país, dentre os quais se destacam: *Tereza* (1992) de Kiko Goifman e Caco P. de Souza, que retrata a vida cotidiana em um presídio de Campinas e *Boca do Lixo* (1992), de Eduardo Coutinho, realizado sobre o trabalho e a vida dos catadores no lixão.

Na linha de estudos que englobam discursos verbais e imagéticos, Tasso (2006) mostra uma análise aprofundada da campanha publicitária intitulada *Sou Brasileiro e Não Desisto Nunca*, especificamente, aquela que traz como protagonista Roberto Carlos, ex-menino de rua. A pesquisa da autora teve por finalidade analisar os

¹ A questão da subjetividade será melhor exposta no capítulo 1 desta pesquisa.

mecanismos e estratégias utilizadas que possibilitaram a produção de determinados sentidos cujo objetivo consistia em promover a auto-estima do brasileiro.

Outra autora que se propôs a pesquisar a produção de sentidos nas relações entre diferentes materialidades foi Costa (2008). Em sua dissertação de mestrado, ela analisa a constituição do sujeito e à produção de efeitos de sentidos produzidos pelo funcionamento de discursos da criminalidade. Para isso, Costa (2008) analisou, dentre outras materialidades, os documentários *Falcão: meninos do tráfico* (2005) e *Prisioneiro da Grade de Ferro* (2005), verificando em meio às relações verbais e visuais o modo como a língua(gem) acontece no sujeito envolvido com o crime. Assim como, o modo como ele se significa e/ou é significado em meio a essas diferentes materialidades.

Ao trabalhar as relações entre discursos verbais e imagéticos para a constituição dos significados em determinadas produções, podemos dizer que esta pesquisa se insere em meio a muitas outras que já vem sendo realizadas em nosso país. É importante destacar que nosso objetivo é pensar a relação entre diferentes materialidades a partir da teoria da análise de discurso.

A escolha pela disciplina ocorreu devido ao fato de ela nos possibilitar abordar a construção da subjetividade, nos documentários selecionados, como prática simbólica, produzida através de significantes verbais e imagéticos, e constituída por meio da relação entre língua e história. Essa relação entre língua e história, na produção de sentidos e subjetividades, é o lugar de materialização da contradição e do equívoco, responsáveis em estabelecerem, segundo Lagazzi (2004, s/n) “um espaço de movimento entre sentidos estabilizados”.

É importante dizer que não vamos utilizar os dois documentários em sua totalidade, mas alguns trechos selecionados e recortados que nos possibilitem pensar a construção de sentidos e da subjetividade. Inseridos no âmbito da Análise de Discurso, podemos dizer, baseados em Lagazzi (2006), ser importante a noção de recorte, pois essa prática consiste em um gesto analítico que visa compreender o funcionamento discursivo, buscando o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes. Estes últimos considerados em relação à cadeia significante.

Nessas relações significativas, buscaremos o movimento que desestabiliza sentidos. Em outras palavras, nosso objetivo não é considerar os documentários como

objetos lineares, mas, tomá-los pela incompletude. Enquanto concebidos pela incompletude, pela falta que é o lugar do impossível na linguagem, interessa-nos recortar trechos que nos permita analisar, pelo simbólico, a construção de sentidos e de sujeitos.

Para a realização desses objetivos dividimos a pesquisa em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, vamos expor aspectos teóricos da teoria materialista da Análise de Discurso. Isso significa que utilizaremos a teoria das ideologias como constitutiva de sentidos e de sujeitos, que ocorre por meio do simbólico na articulação entre língua e história. Para uma melhor compreensão do processo, retomamos algumas concepções da psicanálise lacaniana, ressignificadas por Pêcheux em sua teoria do discurso. A famosa tríade constitutiva da ordem significante: real, simbólico e imaginário. Tais concepções foram utilizadas pelo linguista francês no desenvolvimento de sua teoria do sujeito, onde ele ressignifica o conceito de ideologia no interior da teoria do discurso.

É considerando a ideologia como constitutiva de sentidos e de sujeitos que vamos, no capítulo dois, falar um pouco sobre a história do sujeito-criança e do sujeito adolescente em nosso país. Mostraremos que o modo de significá-los se modificou desde o início da colonização até nossa contemporaneidade, ou seja, criança e adolescente, tal como considerados hoje, são significações discursivas e ideológicas que foram construídas no decorrer dos séculos.

No terceiro capítulo, discutiremos algumas concepções referentes ao que seja considerado documentário, problematizando-o enquanto impressão, reprodução e/ou representação da realidade. A partir disso poderemos estabelecer nosso lugar de trabalho no interior da Análise de Discurso, pensando as produções em relação ao real, simbólico, imaginário. Além dessa tríade para pensar o discurso fílmico, encontramos um importante suporte no trabalho de Zen (2007), principalmente, no que ela considera como discurso complexo: o resultado da relação entre o discurso verbal e o imagético.

Os capítulos quatro e cinco são analíticos. No capítulo quatro, vamos analisar o modo de construção dos sujeitos-falcão no documentário de MV Bill e Celso Athayde, pensando o modo de significação da designação *falcão: meninos do tráfico* e as relações estabelecidas entre discursos verbais e imagéticos. Para isso, além do título serão analisados recortes significativos para nosso propósito.

Por sua vez, o capítulo cinco ficou destinado às análises do documentário, *Ônibus 174*. De modo parecido com o capítulo quatro, vamos nos voltar à designação *meninos de rua*, para pensá-la em relação ao sujeito-Sandro, protagonista da produção, considerando-a em relação aos outros discursos (verbais e imagéticos) selecionados com o objetivo de compreendermos a construção de sentidos inscritos no filme.

Inseridos no âmbito de trabalhos que se propõe a discutir a significação a partir da relação entre materialidades verbais e imagéticas, esperamos que nossa pesquisa venha a contribuir com essas discussões.

CAPÍTULO 1 - PONTO DE PARTIDA: CONTESTAR EVIDÊNCIAS E REFLETIR SOBRE O PAPEL DA IDEOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO

“Ao olhar as nuvens naquele dia entendi que a verdade era um conceito dúbio que eu podia adaptar à visão que minha mãe tinha do mundo”

Fala do personagem Alex do filme *Adeus Lênin*.

A escolha desta epígrafe, para o primeiro capítulo desta pesquisa, não foi aleatória, ela possui um forte vínculo com o que almejamos expor nestas linhas iniciais. A frase, “*a verdade é um conceito dúbio*”, nos remete ao que vamos problematizar neste trabalho, o fato de não existir “uma verdade” que seja única, inquestionável, mas pontos de vista sobre os diversos segmentos que compõe o tecido social.

É considerando o dúbio, incerto, vago, ambíguo, que vamos nos centrar para analisar a construção discursiva da subjetividade do sujeito-criança e do sujeito-adolescente em dois documentários brasileiros, que constituem nosso objeto de pesquisa: *Falcão: Meninos do Tráfico* e *Ônibus 174*. Para isso, vamos nos apoiar em uma teoria materialista do discurso, o que significa estarmos considerando a teoria das ideologias como constitutiva do sujeito e do sentido. Nesse capítulo, vamos apresentar os pressupostos teóricos que embasam essa teoria.

1.1 ASPECTOS DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO

A teoria materialista do discurso recusa qualquer concepção que aborde os sentidos como “verdadeiros”, “únicos”, socialmente pré-estabelecidos, ou pautados em uma transparência linguística. Estamos nos posicionando do lado oposto do que se estabelece como *significado* fechado de determinado termo, palavra, expressão, proposição etc., e estabelecendo nossa entrada na ordem *significante*. Nesta ordem, podemos entender o sentido ancorado à determinada conjuntura social, mas não de modo fixo ou imutável, tendo em vista a diversidade de contextos que o desloca

constantemente. Considerando esse como nosso lugar de interpretação, resta ainda uma pergunta: Como se estabelece a evidência dos sentidos?

A evidência é produzida como resultado da interpelação ideológica, ou seja, é a ideologia que fornece as evidências dos sentidos e dos sujeitos. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo submete-se à língua significando e significando-se, pelo simbólico, na história. Segundo Orlandi (2005, p. 100), o sujeito só pode se manifestar pelo simbólico, pelo sistema significante, é nesse interior que podemos encontrar marcas de sua subjetivação: “Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isso, não tem como subjetivar-se”. Se não houver assujeitamento à língua, não há nem sentido nem sujeito.

É a partir do vínculo entre o sujeito e o simbólico que costuma-se dizer, em Análise de Discurso (AD), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Disso resulta o chamado efeito ideológico, segundo o qual o sujeito coloca-se na origem do que diz. Neste último ponto, recai uma das críticas feitas pela teoria materialista do discurso, que se refere ao fato de, como enfatiza Orlandi (2005), o sujeito não ser a origem de si, tendo em vista se falar ao sujeito, se falar do sujeito, antes de o sujeito dizer: “Eu falo”. Assim, o papel da ideologia é dissimular sua existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências subjetivas* nas quais o sujeito se constitui.

Nessa conjuntura, a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é aproximada da evidência do sentido (ilusão da literalidade). É na ilusão de evidências subjetivas que o sujeito se constitui, pela *rede significante*, usando a expressão de filiação lacaniana. E, ainda, falando por um viés althusseriano, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, o que faz com que toda a evidência de sentido e de sujeito seja considerada um *efeito ideológico elementar*.

Esse direcionamento só é possível por considerarmos como noção fundadora de discurso a vertente materialista, que se estabelece por meio de uma relação entre língua e história, para qual se propõe a remissão das análises às condições históricas de sua produção.

Falar em discurso, etimologicamente, significa atribuir a essa palavra a idéia de curso, movimento e, desse modo, tratá-lo como *prática* de linguagem em que se observa

o homem falando, como já nos mostrou Orlandi (2003). Tudo isso buscando compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e de sua história:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi, 2003, p.15).

Em outras palavras, a Análise de Discurso trabalha com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. A linguagem relacionada à exterioridade, ou seja, os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer. O homem inserido em sua história, pensando os sentidos dimensionados no tempo e no espaço, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística.

Essa prática da AD é produzida refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, ou seja, a disciplina em questão trabalha com o pressuposto de a materialidade específica do discurso ser a língua e, dessa forma, trabalha a relação língua-discurso-história. Tal relação se complementa com o fato de não existir discurso sem sujeito ou sujeito sem ideologia.

Nesse sentido, em que o discurso é algo indispensável aos sujeitos em sociedade, ele se estabelece como uma *prática*, pelo fato de consistir em uma ação transformadora da vida e das experiências humanas. Por estar assujeitado ao campo simbólico, o sujeito só pode agir e se significar no mundo por meio de uma *prática discursiva*.

A noção de prática discursiva na produção de sentidos restitui à linguagem sua complexidade, pois aceita a multiplicidade que nela existe, buscando compreender a especificidade própria de cada prática linguística e discursiva (imagem fixa ou em movimento, música, pintura etc.) para melhor entender seu funcionamento. Cada uma dessas práticas significa uma ação transformadora. É importante expor que o sentido, nessa perspectiva, não se estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, mas

na prática material significante, lugar em que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente. Desse modo, para a AD todo processo de produção de sentido se constitui em uma materialidade que lhe é própria, sendo que as diferentes matérias significantes possuem, cada uma a seu modo, um movimento na história.

É a partir dessas considerações que Orlandi (1995) em seu texto *Efeitos do verbal sobre o não – verbal* irá estabelecer que as imagens, também, podem ser trabalhadas como práticas discursivas, pois esta noção permite a reflexão do processo de produção de sentidos sem o efeito da dominância do verbal, tendo em vista, diz a autora, o fato de elas possuírem corpo (materialidade) e o peso da história:

Acreditamos que a noção de prática permite que se estenda a reflexão sobre os processos de produção de sentidos sem o efeito da dominância do verbal, já que por ela não trabalhamos mais com textos, mas com práticas discursivas (Orlandi, 1995, p. 7).

Considerando tais postulados, não existe transmissão, mas efeitos de sentido entre locutores, sendo que, estes últimos resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas e afetados por suas memórias discursivas (Orlandi, 2006).

Assim, o sujeito e a situação que haviam sido postos para fora da análise linguística contam para a teoria da AD. No entanto, sujeito e situação são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso, por isso, nesta área não se pode deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção, sua exterioridade.

Tendo em vista o fato de que vamos nos ancorar na ordem significante para pensar a análise de nosso objeto, consideramos importante abordar, brevemente, certas concepções da psicanálise lacaniana que contribuíram com a teoria materialista do discurso desenvolvida por Pêcheux e outros analistas da mesma filiação. A escolha por discutirmos algumas concepções de Lacan se justifica para uma melhor compreensão da ordem simbólica e sua relação com o processo de constituição de sentidos e sujeitos.

1.2 SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

A importância de Lacan para a psicanálise é bastante significativa, pois, segundo Dosse (1993), é ele quem a consagra, em meados da década de 1950, principalmente,

por promover um retorno à obra de Freud, além de estabelecer, nesse mesmo período, sua famosa trilogia: Real/Simbólico/Imaginário (RSI), que adquiriu ainda uma outra ordem, Simbólico/Imaginário/Real (SIR). Vamos fazer, brevemente, referência a esses conceitos postulados pelo psicanalista francês, devido ao fato de elas possuírem importância significativa tanto para a psicanálise, quanto para os estudos discursivos. Vejamos o porquê da importância atribuída aos estudos lacanianos.

O retorno a Freud foi promovido por meio de uma atenção especial voltada à linguagem, tendo em vista ser a fala do paciente o veículo da psicanálise. O que é considerado consiste no fato de a linguagem, o mundo das palavras, criar o mundo das coisas. Essa reflexão inscreve-se em uma filiação saussureana e faz prevalecer a dimensão sincrônica das estruturações na linguagem em detrimento das estruturações diacrônicas. No entanto, ao contrário de Saussure que privilegiava a língua (*langue*), Lacan preconiza a fala (*parole*), deslocamento necessário para a prática de cura psicanalítica.

É importante acrescentar que a focalização na fala não representa a expressão de um sujeito consciente e senhor do seu dizer. Podemos fazer essa afirmação a partir do próprio Lacan (*apud* Dosse, 1993, p.130): “Identifico-me com a linguagem, mas somente para me perder nela como objeto”. Com isso, Lacan apresenta uma nova concepção de sujeito, pensado como produto de linguagem, seu efeito, o que remete a uma outra formulação lacaniana: o inconsciente ser estruturado como linguagem. Logo, a essência humana deve ser apreendida por meio da linguagem e não em outro lugar.

Estabelecendo o inconsciente como sendo estruturado pela linguagem, Lacan desloca a concepção do signo saussureano considerado como uma folha de papel dotado de significante e significado indissociáveis entre si do qual a importância maior era atribuída ao significado. A partir dos estudos do psicanalista, é o significante que passa a ser preconizado, relegando o significado ao segundo plano. Em outras palavras, a significação é estabelecida por meio da relação que um significante mantém com outro significante no discurso, pois as palavras só adquirem sentido nessa relação, ou seja, uma mesma palavra pode significar de modo diferente se estiver relacionada a cadeias significantes diferentes. A significação passa a ser considerada, desse modo, mais aberta tendo em vista a supremacia do significante sobre o significado. É então deslocada a estrutura do signo saussureano portadora de significante e significado linear,

transparente e fechada em si mesma. Logo, o sujeito é considerado um produto da linguagem no interior da ordem significante.

Nessa direção, Lacan estabelece que não só o sujeito consiste em um produto da linguagem, mas, também, a “realidade” humana se configura a partir dela, isto é, a partir da cadeia significante que compõe os três elementos da famosa tríade tal como proposta pelo autor: o simbólico, o imaginário e o real.

O campo do simbólico é o nível do significante, não é a linguagem em seus aspectos verbais e não verbais, no entanto a linguagem é simbólico realizado como um registro de materialidade em que se podem inscrever as relações de significante com significante, pois tal *relação* compõe as modalidades do verbal e do não verbal. A linguagem é simbólico enquanto realizado em diversas formas e substâncias, mas essas não constituem a identidade simbólica dos significantes.

O simbólico é aquilo que na linguagem é constitutivo do sujeito como efeito e das relações existentes que se estabelecem em nosso meio social.

Deste modo é necessário entender o simbólico em jogo no intercâmbio analítico, tendo em conta que o que nele encontramos, e estamos definindo, é o que Freud definiu como sua realidade essencial, quer se trate de sintomas reais, atos falhos e tudo quanto nele se inscreva; trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos muito especificamente organizados na linguagem, que por conseguinte funcionam a partir desse equivalente do significante e do significado: a estrutura mesma da linguagem (Lacan, 1953, p.5).

Em seu *Seminário I*, Lacan (1975) expõe que as ações humanas pertencem ao domínio do simbólico por se estabelecerem por meio de leis e contratos. Essas relações simbólicas, responsáveis pelas ações humanas, são, também, responsáveis pela constituição dos sujeitos, ou seja, o sujeito, como já expusemos, é um efeito de linguagem, devido ao fato de ele ser constituído pelo Outro² e, ainda, ser convocado a se colocar no simbólico para dizer “eu” e se referir a um mundo já simbolizado. Isso significa, segundo Mariani (2003), uma anterioridade do simbólico, produzindo uma dependência do sujeito ao significante:

(...) o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. (...) Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos

²Este Outro faz referência ao inconsciente enquanto “discurso do Outro”, o Outro da linguagem, aquilo que é exterior ao sujeito, ainda que para tornar-se o seu mais íntimo.

elementos da cadeia consiste na significação e um deslizamento incessante do significado sob o significante (...) (Lacan, *apud* Mariani, 2003, p. 63).

Essa dependência do significante relaciona-se ao fato de o sujeito não fabricar a linguagem, ele é um efeito de sua constituição na linguagem, em função desse aprisionamento primeiro nas malhas de significantes que o antecedem. Isso faz com que sua inscrição no simbólico o faça portador da divisão inconsciente: o sujeito é falado antes de falar (discursos de outros, exterioridade), e sua entrada no simbólico é a entrada em um sistema significante que remete a si mesmo antes de constituir redes de sentidos historicamente determinados para o sujeito. Para existir sujeito, é necessário uma inscrição do significante.

O inconsciente é marcado pela inscrição no significante, desse modo, a psicanálise lacaniana aponta para o fato de que inconsciente e linguagem têm a mesma estrutura. “O inconsciente funciona como uma linguagem”.

Nessa conjuntura psicanalítica, para o bebê se constituir sujeito dizendo “eu”, é imprescindível sua entrada inicial em uma ordem significante que ficará marcada e dará suporte material para que outros sentidos advenham. E, é isso que vai estruturar o inconsciente e se marcará na fala do sujeito sem que ele se dê conta, devido a sua inscrição na ordem imaginária.

A *ordem imaginária* é aquela que fornece a ilusão de completude ao sujeito, ilusão narcísica de domínio de corpos e mentes. Por meio do imaginário, é estruturado um teatro de consciência que organiza sócio-ideologicamente a relação imaginária do sujeito com a transferência dos sentidos, com “as evidências da realidade” daquilo que lhe é dado a falar, ver, ouvir, pensar etc., apagando o fato de o sujeito resultar de um processo.

No entanto, há algo que “falha” na ordem imaginária, resultado de, como estabeleceu Lacan, de o sujeito ser constituído pelo inconsciente. Este último seria formado pelo que ele designa com o efeito de *alíngua*, isto é, uma língua materna que falaria pelo sujeito antes mesmo de ele poder fazê-lo por si. *Alíngua* confere à língua um estatuto de não todo, já que nela algo falta. Nessa falta se reconhece o equívoco, um jogo que escapa ao sujeito: lapso, ato falho ou chiste.

É no equívoco, naquilo que escapa ao sujeito, que encontraríamos indícios do que é denominado *Real*, lugar do impossível que resiste à simbolização e ocorre como

falta, ou seja, a causa que age, afeta, incide e insiste, mas não se chega nunca a nomear. O lugar do sujeito no social é o lugar do real, pois aquilo que falta seria constitutivo do sujeito. Na categoria de real estaria situada a realidade psíquica: desejo inconsciente e fantasias ligadas a esse desejo, assim como, o “resto” que seria uma realidade desejante, inacessível a qualquer pensamento subjetivo.

O *real*, como anteriormente caracterizado, estrutura o sujeito do inconsciente e o faz sem a interferência da ideologia. *Real* remete à noção de *objeto a*, a causa da divisão do sujeito, pois não pode ser representado, é encontrado em fragmentos e surge no espaço da demanda, que nunca pode ser suprida pelo objeto da necessidade.

Segundo Elia (2007), impossível de nomear, o *real* em que o sujeito se situa, é o impossível de educar, governar, analisar. Não se trata de oposições, antinomias ou dissociação. Mas, de descontinuidades, desarmonias, desníveis: “O sujeito é, por assim dizer, a descontinuidade estruturalmente constitutiva da ordem social, pelo fato de que esta ordem diz respeito unicamente a seres humanos” (idem, p. 88).

Devemos acrescentar que o simbólico consiste em sua forma dominante e, desse modo, encontra-se no primeiro plano, pois é ele que gera a estrutura que vai situar o real e o imaginário. Essa tríade, tal como a definimos, aloja-se no sujeito por meio de uma cadeia significante indefinida.

1.3 CADEIA SIGNIFICANTE: UM LUGAR DE CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO

Ao inserir o sujeito em uma ordem significante e postular que ele só existe por sua função simbólica, ocorre um descentramento do sujeito, que passa a ser considerado como um efeito de significante que remete ele próprio a um outro significante. O sujeito passa a ser o produto da linguagem que fala nele. Com isso, segundo Lacan, ele pode ser considerado, de certo modo, uma ficção, pois sua existência encontra-se vinculada à dimensão simbólica, do significante. Isso não significa o esvaziamento do significado, tendo em vista haver uma interação entre esses dois planos que ocorre devido ao fato de a cadeia significante alterar o significado do discurso. Para explicar como isso ocorre, Lacan retoma duas figuras da retórica: a metáfora e a metonímia.

A metáfora funciona como uma substituição significante e confirma a autonomia e supremacia deste em relação ao significado. Para ilustrar essa questão, Dosse (1993)

utiliza um exemplo de Freud que, ao chegar nos Estados Unidos, usa do termo “peste” para designar metaforicamente a psicanálise. Temos, então:

S1_____ imagem acústica: “psicanálise”

s1_____ conceito de psicanálise

S2_____ imagem acústica: “peste”

s2_____ conceito de peste

Temos no exemplo acima, o significante “peste” (S2) utilizado, metaforicamente, no lugar do significante “psicanálise” (S1), resultando no significado, conceito de psicanálise (s1) e excluindo, assim, o significado, o conceito de peste como doença (s2) nessa utilização.

Por outro lado, a metonímia é um processo de transferência que pode apresentar-se sobre diversas formas: substituição do conteúdo pelo continente; designação da parte pelo todo, tomar a causa pelo efeito ou o abstrato pelo concreto. Entretanto, diferente da metáfora, na metonímia a substituição feita deve apresentar uma relação de contiguidade com o significante anterior. Vamos nos voltar novamente a um exemplo apresentado por Dosse (1993): “ter um divã” para significar “estar em análise”.

S1_____ imagem acústica: “análise”

s1_____ idéia de estar em análise

S2_____ imagem acústica: divã

s2_____ idéia de divã

Percebemos que o significante 1 (S1), análise, que é substituído pelo significante 2 (S2), divã, apresenta com o primeira uma relação de contiguidade. Em contrapartida, o significado s2 (no caso “idéia de divã”) é excluído, assim como na metáfora em que o significado, s2, também é excluído. Por meio das duas figuras, metafórica e metonímia, Lacan mostra que a cadeia significante rege a ordem dos significados, devido ao fato de as palavras possuírem significado em sua relação, em sua ordem significante, no discurso. Essas duas noções são peças-mestras na concepção estrutural do inconsciente lacaniano, ou seja, a fala proferida é composta pela cadeia significante e, desse modo, não se trata de uma hermenêutica fechada em si mesma.

É a linguagem, então, que torna acessível o acesso ao modo de funcionamento do inconsciente. No entanto, existe uma impossibilidade de se atingir uma significação final, tendo em vista o fato de a cadeia significante encobrir a “verdade” a partir de pontos de estofa que é possível assinalar nas relações significantes/significados, aos quais há ainda a falta radicalmente atribuída à dimensão do Real, lugar do impossível.

As noções da psicanálise de cadeia significante, simbólico, real e imaginário foram ressignificadas por Pêcheux para o desenvolvimento de sua teoria do discurso, que pressupõe uma teoria do sujeito trabalhada em relação às condições históricas e sociais de produção do discurso e à teoria das ideologias.

1.4 ANÁLISE DE DISCURSO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E IDEOLOGIA

Ao falarmos de condições de produção estamos nos referindo tanto aos sujeitos quanto à situação em que ocorre a produção do discurso. A esse respeito Pêcheux (1997) estabelece que um discurso é sempre pronunciado em condições de produção dadas, ou seja, o que se diz, anuncia, promete ou denuncia ocorre em uma situação específica e possui estatutos diferentes para diferentes sujeitos, ou seja, o lugar ocupado por aquele que pronuncia o dizer produz diferentes efeitos. Ao considerar os sujeitos a partir da posição por eles ocupadas no discurso, as condições de produção estabelecem relações de força que se caracterizam pelo fato de o lugar social marcar o discurso com a força da locução que ele representa. O lugar do presidente, do professor, do pai, filho etc., tem sua força na relação de interlocução que se representa nas posições sujeito. Por isso, essas relações não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força:

a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma forma de ação política (Pêcheux, 1997, p. 77).

Nessa conjuntura, as palavras possuirão sentidos diferentes dependendo da posição ocupada pelo sujeito que as proferiu, tendo em vista as relações de força que estão presentes em seu discurso a partir do lugar em que o sujeito fala. O processo de determinação dos sentidos das palavras em dadas condições de produção possui a ideologia como elemento constitutivo. Falaremos um pouco sobre isso.

Em suas reflexões e estudos sobre a questão da ideologia, Pêcheux a considera constitutiva de todo processo de produção histórica e social do discurso. O funcionamento particular da instância ideológica consiste no que se convencionou chamar, a partir dos postulados de Althusser, processo de *interpelação*, ou *assujeitamento*. Esse processo ocorre de duas formas: do ponto de vista do direito, e do ideológico, sendo que existe um vínculo entre estas duas formas de interpelação.

O sujeito de direito é produzido no lugar deixado vazio do futuro do subjuntivo da lei jurídica: “aquele que causar um dano... e a lei sempre encontra “um jeito de agarrar alguém”, uma “singularidade” à qual aplicar sua “universalidade”” (Pêcheux, 1988, p. 159).

Quanto ao sujeito ideológico, ele é constituído sob a evidência da constatação que veicula e ao mesmo tempo mascara a “norma” identificadora: “um soldado francês não recua”, significa, portanto, “se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, você não pode/deve recuar” (Pêcheux, 1988, p. 159). No entanto, esse processo não ocorre de modo geral, mas por meio do complexo das formações ideológicas. Estas consistem em atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais se estabelece aos sujeitos o significado de uma palavra ou enunciado: soldado, operário, patrão, fábrica etc. Desse modo, ela mascara, sob a chamada transparência da linguagem, o caráter material do sentido. Isto é, o caráter material do sentido – mascarado por sua evidente transparência para o sujeito – possui sua dependência ao designado todo complexo das formações ideológicas. É possível especificar melhor essa questão por meio de duas teses.

A primeira tese refere-se ao fato de o sentido de uma palavra, proposição ou enunciado ser determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico do qual são produzidos. Por isso, dizemos em análise de discurso que as palavras e enunciados mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

As formações ideológicas (FI), na linguagem, representam as formações discursivas (FD). Tendo em vista tal afirmação, pode-se dizer que são as formações discursivas que determinam o sentido das palavras, proposições, expressões etc. Nessa perspectiva, são elas, também, que interpelam os indivíduos em sujeitos falantes:

“diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1988, p.161). A partir dessas colocações podemos estabelecer que o vínculo do sujeito com a formação discursiva que o domina encontra-se constituído na linguagem.

Toda essa discussão mostra que as palavras não possuem um sentido que lhe seja próprio, literal, pois o sentido se constitui em cada formação discursiva. Desse modo, as mesmas palavras, proposições, expressões mudam de sentido de acordo com a formação discursiva em que se encontra, assim como, o inverso também pode ocorrer, ou seja, palavras, expressões, proposições literalmente diferentes podem possuir a mesma significação no interior de uma formação discursiva.

A segunda tese designa que toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao “todo complexo com dominante” denominado interdiscurso que, também, é submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Com isso, podemos dizer que as formações discursivas vão formar o complexo com dominante do interdiscurso, ou seja, cada conjuntura, a partir do lugar por ela ocupado na formação social, faz retornar determinados discursos em seu interior, tendo em vista o modo como os sujeitos pertencentes a esse meio são interpelados. Ao mesmo tempo, o interdiscurso que retorna vai determinar a formação discursiva, materializando que nela “algo fala” (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar, sob a dominância do complexo das formações ideológicas. Tendo em vista essas considerações, o sujeito seleciona seu dizer a partir do modo como é interpelado por determinada formação discursiva.

Considerando essas ponderações, pode-se dizer, juntamente com Pêcheux (1995), que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza, na linguagem, por meio do complexo das formações discursivas e, especificamente, através do interdiscurso (este algo que fala sempre antes, em outro lugar, independentemente) intrincado nesse complexo. Esse processo fornece a cada sujeito sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Desse modo, é o interdiscurso que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas.

A interpelação do indivíduo enquanto sujeito de seu discurso ocorre por meio de sua identificação com a formação discursiva que o domina, isto é, na qual ele é constituído como sujeito. A identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, se dá, como exposto anteriormente, por meio do interdiscurso, ou melhor, por meio de seus elementos designados como pré-construído e processo de sustentação, que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina. Isso caracteriza que o sujeito é assujeitado pelo simbólico e é no interior desta ordem, determinada por uma formação discursiva, que ele vai significar.

Os elementos do interdiscurso acima citados, pré-construído e processo de sustentação, são considerados por Pêcheux (1995) como determinantes do sujeito, pois tais elementos impõem–dissimulando o assujeitamento a uma forma-sujeito sob a aparência da autonomia, através da estrutura discursiva da forma-sujeito. Aqui, é importante expor que a forma-sujeito consiste na forma de existência histórica do sujeito, ou seja, todo indivíduo humano, social só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito, esta última seria a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais³.

O pré-construído enquanto determinante do sujeito, segundo Pêcheux (1995), corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece–impõe seu sentido sob a forma da universalidade (o mundo das coisas). A respeito do pré-construído, Malidier (apud, Collinot e Mazière, 1997) vai dizer que se trata de um ponto do interdiscurso na fala do sujeito, uma reinscrição sempre dissimulada, no intradiscurso, dos elementos do interdiscurso: “(...) lugar onde se tece “por baixo do pano” o fio do discurso, construção de base que, sozinha, torna possível o trajeto temático e o evento semântico” (Collinot e Mazière, 1997). Ou seja, o sujeito não é interpelado pelo interdiscurso enquanto totalidade, mas por uma parte dele, o denominado pré-construído.

³ Esta forma de ser do sujeito, forma-sujeito, não se apresenta, ao longo da história, de maneira idêntica. Segundo Payer (2005) “Já houve diferentes modos de subjetivação – modos como os indivíduos se tornam sujeitos; eles se realizam e se transformam segundo contextos e formas de saber específicos” (p. 13). Segundo esta autora, ancorada nas análises de Harouche, na passagem da Idade Média para a Modernidade, em torno do século XVI, houve uma transformação histórica do domínio do Poder, este se transferiu da Religião (forma-sujeito-religioso) para o Estado, o que resultou no fato de a obediência às leis divinas ter se transferido às leis jurídicas, dando origem à forma-sujeito jurídico que deixa de ser propriedade alheia; o sujeito passa, a partir deste período, a ser seu próprio proprietário, originando, então, o sujeito-de-direito que se apresenta como aquele com direitos e deveres garantidos pelas leis.

Por outro lado, o processo de sustentação ou articulação, representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. A articulação consiste na possibilidade de substituição de elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva. Essa possibilidade de substituição, segundo o autor, pode ocorrer por meio da equivalência-possibilidade de substituição simétrica – tal que dois elementos substituíveis A e B possuam o mesmo sentido no interior de uma formação discursiva. Ou através da implicação – ou possibilidade de substituição orientada – tal que a relação de substituição – A e B – não seja a mesma em relação a substituição de B – A.

O processo sustentação ou articulação ocorre por meio do chamado discurso-transverso, isto é, consiste em uma linearização dos elementos do discurso-transverso no eixo designado intradiscurso, que absorve o interdiscurso, fazendo com que o eixo intradiscurso apareça como puro já-dito.

O intradiscurso consiste em um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Nesse sentido, a forma-sujeito tende a absorver, esquecer o interdiscurso no intradiscurso, com isso, a forma-sujeito se caracteriza como uma unidade (imaginária) do sujeito, tendo em vista os elementos do pré-construído, responsáveis pelo assujeitamento em determinada formação discursiva, serem dissimulados no fio do discurso.

1.5 IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO

Todo o processo referente ao fato de as formações discursivas estabelecerem a chamada evidência do sentido também está relacionado aos processos de representação. Segundo Pêcheux (1988), toda representação é resultado do efeito do assujeitamento a uma dada formação discursiva, processo que se realiza sem o sujeito tomar consciência, devido ao fato de, como expusemos anteriormente, a forma-sujeito dissimular o interdiscurso, sob a forma do pré-construído, (aquilo que fala antes, em outro lugar em todo discurso) no intradiscurso (formulação). Assim, o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar em que ele ocupa, sendo sempre já-sujeito, ele sempre-já se esqueceu das determinações que o constituíram como tal.

A ocultação do interdiscurso no intradiscurso encobre dois tipos de esquecimentos inerentes ao discurso, são eles esquecimentos número 1 e esquecimento número 2.

O esquecimento nº 2 consiste em uma seleção do sujeito-falante, no interior da formação discursiva que o domina, de determinados enunciados, formas ou sequências que nela se encontram em relação de paráfrase. Tal seleção faz com que o sujeito considere que a formulação não poderia ser feita de outro modo.

Por outro lado, o esquecimento nº 1 é caracterizado por uma noção de “sistema inconsciente” que apaga o fato de o sujeito falante não se encontrar no interior da formação discursiva que o domina, ou seja, o sujeito considera ser a origem de seu discurso. Esse esquecimento remete, por analogia com o recalque inconsciente, ao exterior, na medida em que esse exterior determina a formação discursiva em questão. Tal interpretação expõe que o sentido no interior de uma formação discursiva permanece aberto. Entretanto, ao sujeito – falante é permitido constituir uma impressão de realidade de seu pensamento (“eu sei o que estou dizendo”, “eu sei do que estou falando”).

Por meio da interpretação do esquecimento nº1, é possível estabelecer uma associação entre as noções de pré-consciente e representação – objeto. Pêcheux (1995) vai dizer que o pré-consciente consiste em uma retomada de determinada representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação com ela seja inconsciente.

Em outras palavras, a retomada de determinada representação pelo processo do inconsciente, designado por Pêcheux como “discurso do Outro”, marca a presença do sujeito universal, sendo este último composto pelo conjunto de pensamentos de um dado pré-construído, ou seja, o sujeito que designa uma certa representação o faz a partir do ponto de vista pelo qual é interpelado. Esse fato caracteriza que a representação estará vinculada aos indivíduos, também, interpelados nesse lugar. Desse modo, sempre que se fizer referência a uma determinada representação, ela será considerada no interior de uma formação discursiva, mas, isso ocorre sem o sujeito se dar conta, tendo em vista o fato de ele estar sobre o domínio do esquecimento nº1. O

sujeito significa já afetado pelo Outro sem se dar conta do processo de retomadas e mudanças das significações no qual se encontra.

O vínculo entre as duas representações procede da *identificação simbólica*, isto é, procede do fato de a identificação simbólica atribuir a toda representação verbal, toda palavra, expressão ou enunciado um sentido próprio, “absolutamente evidente”, que lhe pertence. Tal vínculo entre as duas representações é representado por meio das “leis da língua” (lógica e gramática), de modo que, pode-se dizer, todo discurso é ocultação do inconsciente.

No entanto, a separação de uma representação verbal da formação discursiva que lhe atribui sentido, faz desta representação, um puro significante. Os significantes aparecem como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de sentido e não como peças de um jogo simbólico eterno que o determinaria: “não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante” (Pêcheux, 1995, p. 176).

Em outras palavras, o significante não possui uma significação fixa, pré-estabelecida, mas a relação de um significante depende de sua relação com outros significantes pertencentes a mesma formação discursiva, tanto que ao “isolá-lo” de sua formação discursiva ele perderá seu sentido, resumindo-se, assim, em puro significante. Isso estabelece a supremacia do significante sobre o significado, desde que se compreenda que tal supremacia se exerce no quadro de uma formação discursiva determinada por seu exterior específico. Aqui temos uma diferença em relação à ordem significante tal como proposta por Lacan, a dependência do sentido a uma determinada formação discursiva.

Mesmo estando o sujeito inserido em um “teatro de consciência”, se achando a origem de seu discurso, o significado em questão será determinado pela formação discursiva, pois não há essência do sentido, tendo em vista o mesmo ser estabelecido no conjunto das formações discursivas. O significante não possui um significado que lhe seja próprio, ligado a sua literalidade, mas o sentido de sua inscrição em determinada formação discursiva.

Tendo em vista as considerações expostas, o sujeito é, então, dentro da perspectiva discursiva, resultado da interpelação ideológica realizada por meio de

formação discursiva. Sendo o sujeito interpelado via discurso, isto é, a partir do modo como ele se identifica com determinada formação discursiva em um contexto sócio-histórico determinado, os sentidos estarão ligados à posição ideológica por ele ocupada, e, socialmente, esses sentidos serão interpretados a partir do lugar do qual fala.

Buscamos mostrar neste capítulo que sentidos e sujeitos são resultados da interpelação ideológica da língua na história. Esse fato é responsável por estabelecer determinadas evidências de sentido, tendo em vista o assujeitamento, a posição discursiva de quem fala e as relações de força em jogo no processo de produção discursiva.

CAPÍTULO 2: MENINOS: CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA DO BRASIL

A construção de sentidos para os sujeitos dos/nos documentários *Falcão: menino do tráfico* e *Ônibus 174* se materializa, dentre outros fatores, na forma de significá-los: *meninos do tráfico*, *meninos de rua*. A palavra *meninos* consiste em uma regularidade na composição dos dois significantes. Segundo o dicionário Houaiss (2001), o termo surgiu no século XIII como forma acariciativa de as mães se referirem aos filhos, tinha por significado: gracioso, bonito, gentil. Com a consolidação do Estado de direito, *meninos* passou por deslocamentos e foi ressignificado pelas designações *criança* e *adolescente*. Nossa proposta é pensar os sujeitos-menino nas duas produções em relação ao sujeito-criança e sujeito-adolescente, considerando estes últimos como construções históricas.

Assim, para falar sobre os sujeitos-menino, crianças e adolescentes, dos documentários, vamos historicizar a construção de sentidos referentes a eles no Brasil, procurando focar no processo discursivo que produziu a hierarquização e categorização desses sujeitos a partir de certa conjuntura política. Nosso objetivo aqui é mostrar os deslocamentos e divisão de sentidos produzidos sobre esses sujeitos do século XVI até nossa contemporaneidade.

2.1. SIGNIFICANTES E SIGNIFICADOS: SIGNIFICAÇÕES ETIMOLÓGICAS RELACIONADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Considerar os sujeitos-menino, nos dois documentários, em relação à criança e ao adolescente e historicizar o modo de significação sobre eles no Brasil é voltar ao discurso dos séculos passados para verificar o caminho percorrido até que fossem significados como sujeitos de direito. As próprias designações que fazem parte do sítio de significações referentes a eles ganharam, em dias atuais, novos sentidos na historicidade do dizer.

Tomando como referência o dicionário Houaiss (2001), encontramos as seguintes significações: *criança*, nos séculos XIII e XIV, significava ser humano que não era adulto, cria, criação; no século XV, ser humano; *adolescente* consiste em um termo adotado do latim em referência àquele que cresce, se desenvolve, engrossa, aumenta; relacionado a esses dois termos encontramos *infância*, que seria “dificuldade

ou incapacidade de fala, mudez; infância, meninice, primeira idade dos animais” (Houaiss, 2001, p. 1614).

Ao relacionar o sentido de infância (não fala, animais no início da vida), à criança como o não-adulto, cria, criação, temos uma rede em que esse sujeito é significado em relação a animal. Um ser biologicamente constituído: uma criação que se desenvolve, cresce, engrossa, aumenta.

Percebemos que a rede etimológica de sentidos de infância, criança e adolescente não possui significações positivas, quando pensada em relação à forma de caracterização desses sujeitos em nossa contemporaneidade, que, atualmente, se respalda nos direitos humanos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) etc.

Além das formas negativas de significação desses sujeitos, o tratamento que lhes era direcionado consistia em ser violento, fato que nos permitiria interpretá-los, hoje, como sujeitos marginalizados pela sociedade. Podemos vislumbrar esses sentidos pela citação:

Pelo menos 10% dos tripulantes da frota de Cabral eram crianças entre 9 e 15 anos de idade. Algumas haviam sido recrutadas compulsoriamente, mas a maioria fora alistada pelos próprios pais, que embolsavam o soldo dos meninos. A presença de crianças a bordo foi um fenômeno constante ao longo do ciclo de descobrimentos portugueses. Os navios precisavam de grumetes, e os oficiais precisavam de pajens. Grumetes e pajens eram sempre garotos. A vida dos ‘miúdos’ a bordo era um inferno em meio ao mar. Aos grumetes cabiam as piores tarefas do navio: lavar o convés, limpar excrementos, costurar as velas. ‘Se não atendem ao segundo toque do apito, os marinheiros descarregam-lhes grandes golpes de bastão’, escreveu um viajante. Pajens e grumetes muitas vezes sofriam abusos sexuais: a viagem até a Índia durava 5 meses e mulheres eram vetadas a bordo. As crianças também se viam forçadas a conviver com degredados, criminosos cujas penas haviam sido comutadas em exílio... (Bueno, apud Calil, 2003, p.139).

Nesse período, a palavra criança é significada em relação parafrástica com “meninos”, “miúdos”, “grumetes”, “pajens”, todos homogeneizados pela idade (9 a 15 anos). Lendo esse discurso na atualidade, o sentido de criança se desloca para o de adolescente⁴. O ECA produz uma divisão desses sujeitos pela designação (*crianças* e *adolescentes*) e pela discursividade biopsicológica (discriminando-os pela idade). Por outro lado, os homogeneiza como sujeitos de direito. Ainda é importante observar que,

⁴ A concepção de adolescente, como uma fase na vida dos jovens, começa a ser discutida apenas a partir do século XIX.

no contexto em que a citação se refere, o sujeito tinha um valor enquanto mão de obra escrava ou objeto de venda. Uma condição de exploração e marginalidade na sociedade.

A existência dessa historicidade em relação ao modo de significá-los, nos leva a pensar a construção de subjetividades por meio das relações simbólico-político, isto é, a partir do significante, da linguagem, lugar em que se cruzam relações de poder. Nos leva, por isso, a discutir também alguns processos característicos da exclusão social que se tornam relevantes diante desse objeto de pesquisa.

2.2. PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Falar em exclusão social e em sujeito excluído significa retomar um assunto bastante discutido que possui pontos de vista diversos. Para nosso propósito, vamos, nesta pesquisa, considerar a exclusão social a partir de autores que seguem uma linha foucaultiana, como Skliar (2003) e Santos (2008).

Skliar (2003) expõe que a exclusão consiste em um processo cultural, em que uma cultura mediante um discurso de verdade cria a interdição e a rejeita. Esses interditos estabelecem limites para além do qual só há transgressão. Em seus estudos, o autor expõe a etimologia do termo exclusão que significa expulsar alguém de um sistema fechado ou para fora do lugar que ele deveria ocupar. A exclusão consiste em estar fora da ordem social.

A lista tradicional de sujeitos excluído, formulada pelo autor, é bastante longa. Ela engloba: pobres, imigrantes, mulheres, índios, deficientes, mendigos, vagabundos, meninos e meninas de rua, delinquentes, marginais, viciados, gays e lésbicas etc.

Um processo cultural, e não uma propriedade do sujeito; a criação de uma norma que proíbe, e não um atributo objetivo do sujeito; um discurso de verdade, e não uma fronteira explícita; a interdição do outro, e não seu isolamento voluntário: o termo exclusão, que foi naturalmente localizado no espaço individual do outro, parece deslizar-se na direção de uma dinâmica de relações sociais, culturais, políticas, linguísticas etc. que enfatizam a ação até o sujeito, e não sua própria essência, seus atributos ou sua falta de atributos, sua responsabilidade ou sua irresponsabilidade (Skliar, 2003, p. 91).

Os discursos de verdade que legitimam a exclusão social, lhe dão corpo, valor, em um determinado momento histórico, estão em constante movimento. Tanto que em nossa contemporaneidade há os excluídos da interatividade homem-máquina, da

velocidade de resposta à informação, da flexibilidade para mudar de lugares de trabalho, entre muitos outros grupos produzidos e inventados por mecanismos de exclusão.

Com isso, é importante observar, conforme o autor nos lembra, que a exclusão não é do sujeito e não está no sujeito. A exclusão circula em um fragmento pontual da cultura, com um significado que não é natural, mas foi naturalizado. É um mecanismo de poder centralizador cujo objetivo consiste em proibir pertencimentos e atributos aos outros.

Os mecanismos de exclusão social funcionam de maneiras diversas, possui deslizamentos diversos, formas outras de significar. Dentre esses deslocamentos, há o da exclusão como expulsão social. Falar em expulsão social consiste em considerar a relação entre o estado de exclusão social e que o tornou possível. O sujeito expulso é produto de uma operação social, de uma produção, tem um caráter móvel, consiste em uma vida nula, sem visibilidade, nome, palavra. Sua presença é privada de linguagem, não é visto como um sujeito de enunciação. O sujeito expulso é eliminado do meio social.

O grau extremo da exclusão como expulsão social seria, segundo Santos (2006), o extermínio: “o extermínio dos índios na Conquista, dos congolenses no “estado Livre do Congo” de Leopoldo da Bélgica, dos armênios no final do império otomano, dos judeus e dos ciganos no nazismo, bem como as limpezas étnicas dos nossos dias nos Balcãs, Ruanda ou Darfur” (Santos, 2006, p. 282).

Dentre tantos mecanismos de exclusão, cabe distinguir quais grupos devem ser objeto de assimilação, expulsão ou extermínio. Essa distinção é feita por meio de critérios em que o Estado tenta validar socialmente as diferenças entre o louco ou criminoso perigoso e o não perigoso, entre o bom e o mal imigrante, entre o povo indígena bárbaro e o assimilável, entre o opositor e o comunista ou terrorista, o desviante sexual tolerável e o intolerável etc. Enfim, o que se busca são critérios que estabeleçam quem são os civilizáveis e os incivilizáveis, as exclusões demonizadas e as estigmatizadas, entre aqueles que constituem inimigos absolutos ou relativos.

Com o foco centrado nesses processos de exclusão social, vamos, então abordar a história dos sujeitos-menino, criança e adolescente, no Brasil.

2.3. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL DE ONTEM

Como já destacamos a criança e o adolescente, no Brasil, não são significados da mesma forma desde o início da colonização. Em 1500, quando os jesuítas aqui desembarcaram, ao se deparar com os povos indígenas, estabeleceram como objetivo, segundo Müller (2002), “fabricar anjos” nas aldeias. Esse processo seria realizado com a implantação, entre as crianças, de regras de obediência e docilidade. Com esse propósito, em 1554, foi fundado pelo padre Manuel da Nóbrega, o primeiro colégio na Companhia de São Vicente, que viria a ser frequentado por crianças nativas e órfãos vindos de Portugal. Estabeleceu-se, discursivamente, na colônia um objetivo (“fabricar anjos”) e para atingi-lo foram implantadas regras disciplinares, tendo em vista o fato de a educação nesse colégio ter consistido em um ensino bastante árduo por meio de leis, imposição de costumes, disseminação de crenças, medos e castigos.

Entre as crianças que frequentavam o colégio jesuíta e os filhos de donos de terras ou senhores de engenho havia enormes diferenças sociais que determinavam muitas das características cotidianas das infâncias coloniais, assim como, certa previsão acerca do futuro das crianças. As relações de poder se manifestavam já nos nomes pelos quais as crianças eram chamadas. As brancas, filhos dos donos de engenho, eram os sinhozinhos e as sinhazinhas (diminutivo de senhor e senhora), os negros eram chamados de moleques (originário de *muleque* que significa criança no idioma quimbundo dos bandos de Angola) e os indígenas, curumins (do vocábulo Kunu´mi do idioma Tupi, também, designando criança) por todos na colônia.

Percebemos que desde o início da colonização as relações de poder, assim como, os mecanismos de exclusão, no que se refere ao tratamento atribuído ao sujeito-criança, foram determinados e instituídos, por meio de nominalizações e normalizações, ou seja, as normas existentes naquele período, que estabeleceram o modo como cada criança seria designada e tratada, foram instituídas via discurso e, por meio das relações de poder que se manifestavam nestes discursos responsáveis por determinar que os chamados “sinhozinhos” e “sinhazinhas” receberiam um tratamento diferenciado daqueles direcionados aos “moleques” e “curumins”. A divisão começa, assim, a ser produzida pela linguagem. No interior da rede de significantes, que coloca em relação sinhozinho(a)/moleque/curumin, os sujeitos vão sendo significados.

Estas crianças eram criadas para seguir os passos da família, o sinhozinho era significado como o dono das terras; a sinhazinha como mãe; os moleques (pequenos escravos), possuíam valor de propriedade podendo ser vendidos, emprestados, alugados etc., teriam o mesmo destino de seus pais.

Até mesmo a forma de castigo para com as crianças era diferenciada quanto às classes sociais. O pequeno escravo foi o “moleque leva – pancadas” dos sinhozinhos. Por sua vez, a criança branca, também, sofria todo tipo de opressão do adulto branco: ao passar dos seis para os sete anos ela deixava de ser “anjo”, a inocência dava lugar à travessura. A partir dessa idade começavam a ser tratados como “restos” o que permitia que fossem castigados. Ou seja, os castigos físicos, embora diferenciados, não eram exclusivos dos escravos, os filhos do senhor de engenho eram, muitas vezes, castigados:

Pelo pai, pela mãe, pelo avô, pelo tio-padre, pela tia solteirona, pelo padre-professor, pelo professor-régio, pelos professores de gramática. Castigados por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto por maltratar também às crianças (Freyre, apud Müller, 2002, p. 22).

A situação da criança muda a partir de 1808, ano que marca a transferência da corte portuguesa ao Brasil, pois junto com ela vieram novas idéias do que era socialmente correto e admirado para serem introduzidas nos costumes da sociedade brasileira, inclusive, no tratamento destinado à criança. Para os escravos, a infância era a mesma de antes, mas para os “sinhozinhos” foi idealizada por meio do controle dos gestos e da adequação do comportamento, moderação das palavras, em função das novas regras sociais e, principalmente, a implantação de cuidados médicos como o higienismo.

Podemos dizer que esse fato marca a introdução de uma nova forma de governo sobre a população, inexistente até então, tem-se início, no Brasil, a instituição de uma forma política estabelecida sobre a vida daqueles que aqui viviam. Podemos considerar esse sistema político instalado no início do século XIX em nosso país a partir do que Foucault (2005) denomina de biopolítica.

Segundo Foucault (2005) a biopolítica surgiu na Europa do final do século XVIII com o objetivo de tratar o problema da fecundidade e da morbidade, assim como, doenças reinantes e difíceis de extirpar que resultavam em alguns fatores como: diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos elevados, tanto decorrentes da produção não realizada, quanto dos valores dos tratamentos. A

biopolítica procurou interferir na doença como fenômeno de população, não só a morte que se abatia brutalmente sobre a vida, mas a morte permanente, que se introduzia sorrateiramente na vida para enfraquecê-la ou destruí-la.

Desse modo, o que se estabeleceu, com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, foram mecanismos reguladores que fixaram um equilíbrio nos sujeitos, e estabeleceram uma espécie de homeóstase. Isso significa que, ao mesmo tempo em que os processos implantados se incumbiram de propor mecanismos para preservar a vida, os processos biológicos do homem-espécie, eles, também, buscaram assegurar sobre eles uma regulamentação. Essa regulamentação ocorria por meio de mecanismos cuja meta consistia em “fazer viver”.

São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população (Foucault, 2005, p. 291).

Nessa perspectiva, a instituição do higienismo entre as crianças brasileiras, por meio do discurso médico, pode ser considerado como um mecanismo de Biopoder, pois é ele quem vai substituir o conhecimento e o poder religioso, bem aos moldes dos países europeus.

Torna-se importante salientar que a biopolítica, no sentido foucaultiano, não se refere à disciplina. Esta última é centrada no corpo, manipula-o como foco de forças que é preciso tornar útil e dócil ao mesmo tempo. A biopolítica é centrada na vida, é uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva. Isto é, a biopolítica visa a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Podemos dizer que o que existia no Brasil antes do século XIX eram métodos disciplinares, implantados por padres jesuítas, introduzidos sobre o corpo, sobre o comportamento do sujeito-criança. A partir do século XIX, juntamente, aos métodos disciplinares, houve um controle sobre a vida dos indivíduos em todos os seus aspectos, visando a uma preservação, um “fazer viver”.

O que gostaríamos de pontuar aqui é a força do discurso médico sobre a implantação dos novos cuidados que os pais e responsáveis deveriam ter com as

crianças. É justamente essa força que determinados discursos possuem que faz com que Orlandi (1995), baseada nos estudos de Maingueneau, os considere como práticas discursivas. O discurso é uma prática, pois consiste em uma mediação necessária entre o homem e sua realidade natural e social. Sendo uma prática ele possui força para agir enquanto ação transformadora.

Dando um enfoque teórico-analítico mais forte a essa noção (já trabalhada por Foucault, na Arqueologia do saber, em termos teóricos), D. Maingueneau (1984) vai dar maior alcance analítico a ela, vinculando-a à questão da relação entre interioridade e exterioridade (condições de produção) no discurso. Ele dirá que toda prática discursiva tem duas faces: uma social e outra linguageira. Desse modo, ele dirá que há uma intrincação radical entre grupos sociais e formações discursivas, ou seja, os grupos só existem por e na enunciação, na gestão de “seus” textos e, por outro lado, esses textos devem necessariamente ser referidos a “seus” grupos de enunciação, para que façam sentido (Orlandi, 1995, p. 46).

Enquanto prática discursiva, o discurso possui aspectos simbólicos e políticos, ou seja, sua existência está condicionada à linguagem, lugar em que se cruzam relações de poder. O discurso médico, no período do século XIX, demonstrou possuir determinado poder e ser capaz de agir como uma ação transformadora, pois foi a partir dele que se estabeleceram as mudanças em relação aos cuidados com a criança.

No entanto, a medicina apenas não bastava para diminuir a taxa de mortalidade, era necessário também uma valorização maior da criança por toda a sociedade. Desse modo, juntamente ao discurso médico construindo sentidos para o sujeito-criança, houve ainda o desenvolvimento do “sentimento de infância” que, segundo Morelli (2002), introduziu, em terras brasileiras, vários fatores que modificaram o tratamento familiar no que se refere a esses sujeitos. Podemos dizer que foram introduzidos vários mecanismos de biopoder:

o desenvolvimento da medicina social; a reestruturação familiar diante da nova ordem social de controle das multidões; mudanças relacionadas ao processo de formação do Estado moderno, manifestando as “preocupações” com a nação em primeiro plano. Nessas condições, os discursos em torno da caracterização e dos cuidados com a criança encontraram seu campo mais fértil (Morelli, 2002, p. 50).

Nessa conjuntura, em que há uma nova forma de política implantada no que se refere aos cuidados com a população e onde se iniciou a construção da criança enquanto um sujeito que deveria ser mais valorizado, um outro fator foi de extrema importante para influenciar o tratamento a eles dispensado: a ascensão da família burguesa. Tal modelo familiar é reflexo da sociedade capitalista que teve início neste século XIX e perpassou o XX. A estrutura básica por ela adotada consistia em acúmulo de capital e valor individual. Desse modo, o núcleo burguês se estabeleceu sobre a vida doméstica, implantando o amor maternal e romântico, sendo que, todos esses princípios foram construídos em torno da privacidade e isolamento. Nesse sistema econômico, a criação dos filhos passou a ser responsabilidade exclusiva da mãe e qualquer contratempo que ocorresse com a criança a culpa recaía sobre ela.

Conforme Abeche e Rodrigues (s/d) formulam, a família burguesa transformou-se no grande organizador da sociedade, responsável por determinar até mesmo concepções de certo e errado. No interior de tal conjuntura, a criança conquistou posição central e passou a representar identidade e esperança de continuidade do nome e do sangue da família, esperança de futuro. Esse se tornou o lugar considerado certo para a criança, é onde ela iria se consolidar no meio social.

A partir da valorização da família e da criança, o significado da morte desses últimos se alterou. Até o início do século XIX, enquanto a igreja possuía enorme poder sobre a população, havia toda uma ritualização em torno das mortes. Del Priori (2008) nos conta da existência de uma quantidade significativa de relatos de viajantes que narram a cerimônia de enterro das crianças em períodos anteriores ao da ascensão da família burguesa. Tais relatos enfatizam o fato de que elas eram maquiadas, vestidas de anjos ou santos (na maioria das vezes), e carregadas em bandejas, por escravos, pelas ruas da cidade em sinal de comemoração, festejo. A ênfase nas características angelicais ia além da vestimenta, ela se mostrava, também, por um outro diferencial, o enterro da criança ocorria durante o dia (enquanto de um adulto era à noite), a luz estava relacionada à pureza delas. A comemoração ocorria devido ao fato de, na tradição religiosa, a morte significar a passagem para um outro lado e o pagamento dos pecados, como a criança não tinha tempo de pecar ela se tornaria um “anjinho” (por isso, inclusive, as vestimentas), desse modo, a morte deveria ser festejada como um

privilégio. Todo este ritual⁵ fazia parte da ordem do discurso daquele período, pois as condições de produção, ou seja, o fato de muitas crianças morrerem tão jovens por falta de cuidados exigia uma resposta à altura, das autoridades da época. Como a igreja possuía esse poder consolidou-se esse tipo de ritual e o discurso proferido era para aceitação.

Havia tristeza por parte da família, mas ela era considerada imprópria, pois tais sentimentos eram contrários ao amor religioso, isto é, na hora da morte as pessoas deveriam desapegar-se dos sentimentos mundanos. Desse modo, era considerado inadequado chorar e, por isso, ocorria de a família não comparecer aos velórios. A valorização dos sentimentos familiares ocorreu gradativamente com a consolidação dos valores burgueses, o que propiciou a passagem do amor religioso ao familiar. A criação dos cemitérios, também, no século XIX, simboliza a consolidação desse amor, pois expõe o túmulo da criança, até então, inexistente.

A biopolítica provocou uma mudança na forma de tratamento do sujeito-criança, ao centrar-se na vida e determinar os mecanismos para se viver melhor, ela muda a ordem do discurso da focalização no conhecimento e poder religioso para o médico. Com a ascensão da família burguesa há uma valorização ainda maior dos sujeitos-criança, responsável por promover uma outra mudança: do amor religioso para o familiar.

A concepção de adolescente, como já mencionamos, começou a ser discutida nesse século. Segundo Callil (2003), esse conceito foi apresentado por Rousseau em sua obra *Emílio ou da Educação*. Nessa obra, Rousseau estabeleceu a adolescência como um segundo nascimento: “provocado pela emergência da paixão sexual, que empurra o adolescente para além de si mesmo, para a humanidade, gerando uma turbulenta revolução, manifesta em freqüentes mudanças de humor, rebeldia e instabilidade” (Callil, 2003, p. 144).

A adolescência passou a ser representada como uma fase de crise, de ambigüidade, fato que contribuiu para que fosse definida por meio da negatividade. Pela ausência de características da infância e da fase adulta, a adolescência é, no século XIX, uma situação de “marginalidade”. É a partir da psicanálise, com os estudos de Freud,

⁵ Foucault (1996) ao falar sobre a Ordem do Discurso enfatiza o fato de o ritual ser um mecanismo de controle do discurso. Por meio do ritual, há a fixação de uma eficácia suposta ou imposta das palavras sobre aqueles aos quais se dirigem.

Ana Freud e Stanley Hall que a perspectiva referente à adolescência foi alterada, e passou a ser considerada como um período de intenso sentimento de luto, intensa angústia e conflituoso para pais e filhos. Uma fase de necessidades e mudanças do adolescente, repleta de turbulência emocional. As transformações em relação a forma de tratamento dispensada aos significados adolescentes foram realizadas por meio do discurso científico agindo, devido aos aspectos simbólicos e políticos nele contido, como prática discursiva.

Podemos dizer, diante do exposto, que houve muitas mudanças na estrutura social brasileira, nesse século XIX, no que se refere ao tratamento atribuído à criança e ao adolescente, mas, tais modificações não englobaram todo sujeito-criança e adolescente daquele período, apenas os filhos das famílias burguesas deveriam ser preservados. Os filhos de escravos e outros grupos menos favorecidos não dispunham dos mesmos cuidados, pois o poder que se incumbiu da vida, não se referia à vida de toda a população, apenas daqueles legitimados. Aos demais sujeitos, ocorria o que Foucault (2005) denomina de exercício da função de morte. Essa morte não significava apenas o assassinio direto, mas tudo que pode ser relacionado a um assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.

O direito de morte, exercido por determinado mecanismo de biopoder foi possível por meio do racismo, que vai estabelecer uma hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como superiores e outras como inferiores. O racismo fragmentou o campo biológico. A partir desse fato que se torna possível abolir, eliminar as raças “ruins” através do biopoder⁶.

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2005).

A função de morte foi exercida sobre os escravos tanto de maneira direta (houve um grande número de escravos castigados duramente e mortos de forma brutal), quanto

⁶ A este discurso de poder que estabelece o racismo, Foucault (2005) expôs um vínculo com a teoria biológica do século XIX, o evolucionismo. Segundo o autor, não tanto a própria teoria de Darwin quanto ao conjunto, o pacote de suas noções, ou seja, hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados.

indireta (negar a eles os mesmos cuidados), pois como já destacamos, para os filhos de escravo a situação continuava a mesma, ou seja, não foram implantadas tais medidas de higiene e cuidados médicos para diminuir a mortalidade. Pelo contrário, após a lei do ventre livre, as mães escravas foram incentivadas a abandonar seus filhos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. De acordo com Morelli (2002), o número de crianças deixadas nesse lugar triplicou, pois muitas mães, almejando um futuro melhor a seu filho, preferia abandoná-lo. Também, ocorria o contrário, a mãe era proibida de ficar com seu filho, porque o senhor continuava vendendo ou alugando tanto a criança como a mãe separadamente. A mortalidade infantil durante todo o período de escravidão era de quase 50% entre as crianças de 0 a 8 anos. As causas continuavam as mesmas, de modo geral, ocorria por má-educação, falta de higiene e maus cuidados das mães-de-leite.

É a partir dos discursos que estabeleceram a hierarquia das espécies que podemos pensar, baseados em Foucault (2005), a relação de escravidão, colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes etc. Em suma, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, foi na forma de racismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-lo.

Em relação às crianças e aos adolescentes abandonados, a partir do século XIX, alguns grupos mais abastados e detentores de poder passaram a se encarregar de organizar a “caridade”, tendo em vista o fato de tais ações, antes deste período, terem sido de responsabilidade apenas de algumas almas isoladas, quase sempre religiosas. A este respeito, Morelli (2002) expõe que houve a criação de obras mais amplas como as realizadas pelas Santas Casas de Misericórdia, que buscavam organizar a caridade. Para isso, suas ações estendiam-se além da esmola, desenvolvendo atividades de reconhecimento de órfãos e de atendimento a doentes, como os leprosos, proporcionando acompanhamentos e orientações religiosas, esperando que os sujeitos que foram excluídos pudessem reingressar à sociedade. Temos aqui o principal diferenciador da concepção de caridade, uma postura voltada a vigiar e controlar as ações dos pobres.

Toda essa prática marca o início de uma nova concepção de assistência em que é substituído o ato de dar sem nada esperar ou exigir, ou seja, passou-se a cobrar dos

sujeitos determinadas atitudes para que continuassem a receber algum auxílio. Para isso, recorreu-se aos discursos científicos buscando, através de uma intromissão direta na vida dos considerados “desajustados”, sua adaptação à nova ordem.

Podemos considerar esse tratamento com a criança e o adolescente em situação de exclusão uma característica do modo de governo dos Estados Nacionais, em que a existência, de acordo com Cantarelli e Lewkowicz (2001), é institucional. Isso quer dizer que o paradigma de funcionamento, segundo os autores, é as instituições disciplinares. A vida individual e social transcorre nesse tipo de organização, dentre elas: família, escola, fábrica, hospital, quartel, prisão etc. Aquelas existências outras, que não se configuram em nenhum desses lugares é excluída, sendo que, em tal conjuntura, a exclusão opera-se por reclusão, por confinamento (transitório ou não) daqueles que se situam do lado de fora de um padrão institucional.

Nessa perspectiva, a população confinada é sistematicamente tratada pelos dispositivos disciplinares do Estado, e isso significa que esse confinamento produz subjetividade (disciplinar, institucional, estatal). Desse modo, o confinamento aí operava como produtor das operações necessárias para habitar a lógica do Estado. Cantarelli e Lewkowicz (2001) formulam que o confinamento tinha por objetivo produzir e disciplinar consciências dos considerados excluídos para reingressarem no âmbito social.

Embora esse tipo de reclusão, por proporem um reingresso dos sujeitos à vida social, fosse considerada como produtora de humanidade, o tratamento disponibilizado para com os sujeitos, principalmente, com aqueles em “situação irregular”, consistia em ser repressivo. Temos uma contradição nessa prática, pois produzir humanidade, enquanto característica do ser humano, não era estabelecida com repressão, esta última consiste em conter, deter, impedir, punir um indivíduo. A reclusão produzia exclusão social, consistia em uma não-humanidade.

2.4. NOVAS FORMAS DE TRATAMENTO COM A CRIANÇA CARENTE

Com a criação de instituições disciplinares voltadas à criança e ao adolescente abandonados tornou-se necessário uma legislação que lhes atribuísse sustentação. Com esse objetivo foi promulgado, em 1927, o Código de Menores.

A proposta do código era deixar de ser punitiva e passar a inserir medidas de proteção aos sujeitos por meio de uma reeducação dos abandonados e delinquentes através dos institutos disciplinares e colônias de correção. Esse fato possibilitou que a questão do “menor” fosse abordada como de assistência e proteção. Para isso, utilizou-se, via discurso, saberes médicos, pedagógicos e morais na construção de um novo modelo de institucionalização, com bases científicas e racionais.

Nesse sentido, o Código de Menores estava voltado àquela parcela da população menor de 18 anos e que se encontrasse em situação de abandono e delinquência. O termo “menor” era utilizado para designar não só a idade, mas também as crianças pertencentes às camadas pobres. Podemos dizer que a imagem do “menor” foi sendo construída a partir de um imaginário social ancorado nas marcas de exclusão. A extensão da definição “abandonado” permitiu a aplicação do Código a todas as crianças frutos de famílias consideradas “desestruturadas”, um termo utilizado até nossos dias na elaboração de medidas assistenciais.

A partir do Código houve um desvio na forma como a sociedade passou a entender a relação Estado/menores. Primeiramente, o Estado começou a intervir na organização familiar, atuando na autoridade paterna, verificando se os pais mantinham e controlavam seus filhos para que não perturbassem a ordem; segundo, na construção da idéia de um Estado protetor. O discurso educativo e assistencial do Código deixava transparecer a idéia de que os menores não podiam cumprir penalidades como um adulto.

Podemos dizer que houve um trabalho realizado por meio da língua que estabeleceu uma separação entre as crianças devido à idade, havia a “criança de primeira idade” (com menos de dois anos de idade), os “expostos” (crianças até 7 anos de idade) e os “menores abandonados” (crianças com mais de 7 anos e menos de 18). Em relação a estes últimos, eles poderiam ser enquadrados como vadios, mendigos e/ou libertinos. Uma vez mais houve em nossa história a instituição de nominalizações que determinaram a forma de tratamento que os sujeitos receberiam. Ou seja, novamente, discursos de verdade criaram normas em relação ao sujeito-criança e ao sujeito-adolescente que foram aplicadas já na forma de nomeá-lo. Aspectos simbólicos-políticos, uma vez mais, se fizeram presente, tendo em vista a criação do código e os novos modos de classificação que deixaram transparecer as relações de poder do Estado

sobre o que hoje classificamos/dividimos como a criança e o adolescente. O discurso inscrito no código ao classificar/categorizar dividiu os sujeitos no espaço social.

Para o Código, “menores abandonados” eram aqueles que não possuíam uma habitação certa ou meios de subsistência por falta de cuidado dos pais. Nesses casos, o Estado previa algumas medidas como tutela, internamento, encaminhamento a algum parente etc. No interior dessa classificação, os vadios, segundo artigo do Código, eram aqueles “refratários a receber qualquer instrução ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos” (art. 28, apud Morelli); já os mendigos eram os que “habitualmente pedem esmolas para si ou para outrem” (art. 29, apud Morelli). Em ambos os casos, em se verificando a incapacidade dos pais ou responsáveis, esses sujeitos eram enquadrados na categoria de abandonados e destinados a alguém que se responsabilizasse ou para alguma instituição. Após a detenção, a autoridade deveria verificar o porquê de a família não tê-los encaminhado ao trabalho ou à escola, se seria possível à família ou responsável tomar as medidas necessárias para sanar esse problema, ou aplicar as medidas cabíveis, normalmente, ocorreria a internação. No caso daqueles classificados como “vadio” e “libertino”, estaria centrada a noção de “menor”, ou seja, as designações, “vadio” e “libertino” estariam na mesma cadeia significativa de menor.

A partir da institucionalização do Código de Menores, a categoria jurídica “abandono” justificou e legitimou internações até os 18 anos. De acordo com Calil (2003), esse fato possibilitou que crianças e adolescentes fossem colocados em instituições e submetidos a tratamentos massificados:

Este tipo de institucionalização, além de trazer problemas para os internos, não resolveu os problemas da infância abandonada. Enquanto as instituições inchavam, atendendo números cada vez maiores de crianças e adolescentes, com sentença de abandono, também aumentava o contingente daqueles que adotavam as ruas como espaço de sobrevivência (Calil, 2003, p. 141).

Com o aumento de crianças e adolescentes nos espaços públicos das cidades, a presença desses sujeitos passou a significar medo, insegurança, desordem, caos social, violência etc. Nesse sentido, os “menores abandonados” eram submetidos a internações com o propósito de “limpar a rua”. A esse respeito, Morelli (2002) explicita: “a rua precisava ser limpa, não importando, enquanto discurso, qual fosse a atividade na rua: o espaço era o problema, a rua deveria servir apenas para locomoção” (Morelli, 2002, p. 75).

A situação do “menor” passou a ser significada como de “perigo”, propensa à “marginalidade” e à criminalidade, resultando em uma significação negativa ao próprio “menor”, como sendo uma criança menos humana que as outras, um ser humano inferior, uma ameaça à sociedade.

Nessa conjuntura, a polícia civil era solicitada no “serviço de repressão ao menor”, logo, tal medida foi imposta no lugar de qualquer prática educativa. A força policial que atuava na repressão dos menores era o principal agente de contato direto com crianças e adolescentes que viviam à margem social. Desse modo, o código e as instituições por ele criadas acabaram refletindo uma prática mais de confinamento dos indesejáveis do que práticas de proteção por meio de uma reeducação dos sujeitos.

As práticas que resultaram da criação do Código de Menores permaneceram praticamente as mesmas daquelas decorrentes no século XIX: reclusão, confinamento dos “desajustados” da ordem social em instituições disciplinares de correção. Continuou vigorando a norma disciplinar e a norma de regulamentação, devido ao fato de ter sido estabelecido, via práticas discursivas, quais sujeitos seriam considerados “desajustados” (praticamente, todo “menor” vagando pelas ruas), sendo que, os mesmos eram encaminhados a instituições tidas como de correção. O cruzamento entre as duas normas, disciplina e regulamentação, como já mencionamos, é característica da biopolítica, pois são mecanismos de controle sobre a vida de toda a população.

2.5. DITADURA MILITAR: TOLERÂNCIA ZERO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES CARENTES

É importante destacar que a biopolítica não permaneceu imutável desde o século XVIII e XIX. Esse mecanismo acompanhou o desenvolvimento da sociedade. Uma dessas mudanças consistiu, segundo Foucault (2008), no fato de o século XX ter presenciado a passagem de um poder que pertencia unicamente ao governo do estado para o mercado, isto é, o mercado passou a se posicionar contra o governo do estado:

Enquanto o século XIX havia procurado estabelecer, em face e contra a exorbitância da ação governamental, uma espécie de jurisdição administrativa que permitisse aferir a ação do poder público em termos de direito, temos aqui uma espécie de tribunal econômico que pretende aferir a ação do governo em termos estritamente de economia e mercado (Foucault, 2008, p. 339).

Podemos dizer com isso que, no Brasil, o início da consolidação do Mercado encontra-se no período da ditadura militar. Esse momento de nossa história se caracteriza pela ausência total da democracia em prol da hierarquia das Forças Armadas, enquanto corporação da burocracia estatal, que tomaram o poder do Estado. Nesse contexto, ditadura militar foi o início de uma ordem que valorizava, sobretudo, valores de mercado em detrimento do sujeito:

A violência e o terror foram mobilizados a serviço do aumento dos lucros das grandes empresas nacionais e estrangeiras. O desenvolvimento econômico teve amputado sua dimensão de distribuição de renda. A alta oficialidade das Forças Armadas aceitou a função de gendarme interno contra o povo e a favor das grandes corporações. A tortura, o seqüestro, as prisões arbitrárias se generalizaram, ao mesmo tempo que se multiplicavam os lucros das grandes empresas. A censura à mídia e às atividades culturais e educacionais foi transformada em regra geral. O Estado de Direito desapareceu, no bojo da "doutrina da segurança nacional", enquanto o Serviço Nacional de Informação (SNI) se constituía nos olhos e ouvidos da ditadura (Sader, 2008, p. 1).

Dessa perspectiva, todo aquele que ameaçasse a essa lógica de alguma forma era tratado como alguém que punha em perigo a segurança nacional. A própria situação de crianças e adolescentes se agravou neste período, principalmente, em 1979, com a criação da *Legislação de Menores*, tendo em vista o fato de esta última encarar a situação de crianças abandonadas como se fosse de segurança nacional: “meninos encontrados na rua, com roupa rasgada ou sujos já eram considerados “irregulares” e levados para instituições de segregação, na ausência total do conceito de direitos fundamentais ou de proteção integral da infância” (Ramirez, apud Castelfranchi, 2005, s/n).

Além de segregados, muitos desses sujeitos, também, foram executados em nome da segurança nacional. Como eles se encontravam fora do que era socialmente aceito e, principalmente, fora da lógica do novo modelo econômico, para a sociedade, de modo geral, o que ocorria com eles não era relevante.

Podemos dizer que o tipo de exclusão extrema, por assassínio direto ou indireto, do qual nos fala Foucault (2005), responsável por causar expulsão, aniquilamento, do sujeito, a partir do período da ditadura militar, passou a ser exercida sobre todo o povo mais humilde, excluído, que se encontrava do lado oposto das grande corporações e,

desse modo, do lado oposto do mercado, da rede de consumo. Nesse contexto, todo o sujeito que não estivesse inserido nessa lógica era discriminado, sem consideração por gênero, faixa etária, ou demais diferenças de cor, credo ou preferência sexual. O expulso da lógica do mercado era destituído de qualquer identidade para, assim, ser eliminado, pois, como enfatizam Cantarelli e Lewkowicz (2001) a única coisa que se deseja do expulso desta ordem do mercado é que ele não exista.

2.6. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITO NA SOCIEDADE: INCLUSÃO/EXCLUSÃO

Somente nos últimos anos da década de 1980 houve deslocamentos significativos em relação às práticas dispensadas ao sujeito-criança e ao sujeito-adolescente excluídos da sociedade brasileira. Esse período marca o resgate de uma tentativa de se construir a democracia e a participação popular, a importância do respeito aos valores morais e éticos na sociedade, principalmente, aos segmentos historicamente discriminados: mulheres, idosos, crianças, adolescentes, índios, negros etc.

O fato anteriormente comentado é decorrente da introdução de uma concepção designada como “nova cidadania”, processo que buscou ampliar e controlar os direitos e os deveres, indo além dos limites jurídicos, para criar e ocupar os espaços de participação dos cidadãos. No entanto, a criação de novos direitos significava conflito e confronto com os poderes constituídos, pois a participação e recriação da política só ocorrem na democracia. De acordo com Silvestre e Gomes (2002), para a constituição do Estado Democrático é necessário que o Direito surja de um processo de participação popular, definindo as prioridades das decisões coletivas e assegurando a satisfação das necessidades e potencialidades humanas.

No que se refere à situação da criança, podemos dizer que ela demonstrou mudança apenas no ano de 1989, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprofundando a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (uma carta magna para as crianças de todo o mundo). No ano seguinte, esse documento foi oficializado como lei internacional.

Atualmente, a convenção foi adotada por praticamente todos os países, com exceção da Somália e Estados Unidos.

O que o documento estabelece é proteção à criança contra qualquer forma de discriminação, desprezo e exploração; prevenção de ofensas e provisão de assistência para suas necessidades básicas; permanência em ambiente familiar, exceto quando estiver sofrendo maus tratos ou quando a família não zele pelo seu bem-estar. Assim como, estabelece o fato de toda criança ter direito à educação, à saúde, e proteção contra qualquer trabalho que seja nocivo à sua saúde, estabelecendo para isso idades mínimas para a admissão em empregos, como também horários e condições de trabalho. O documento em questão pautou-se nas bases da cidadania e da solidariedade que, segundo Tasso (2006), proporciona a instituição de direitos civis e de inclusão social:

(...) a institucionalização dos direitos civis é o aspecto fundador da cidadania, que tem como contraponto as desigualdades sociais. Nessa ordem, o pólo opositor da exclusão é a solidariedade, uma vez que ela consiste no desenvolvimento de ações estatais ou institucionais que buscam estabelecer a coesão social (Tasso, 2006, p. 141).

Tais medidas foram adotadas, no Brasil, em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em um processo repleto de dificuldades.

O ECA foi fundamentado na Constituição Cidadã de 1988 que, em seus artigos 227 e 228, implementando a revogação do Código de Menores, afirma a criança e o adolescente como sujeito de direito e inimputável antes dos 18 anos de idade. A partir do Estatuto, o termo “menor” é substituído por criança e adolescente, tornando esses sujeitos, que se encontravam em situação de abandono, cidadãos, pois até então eles eram considerados “inferiores”, “menos humanos”. O ECA abre a fase de direitos para crianças e adolescentes, para que fossem incluídos e não discriminados, tratados como cidadãos e não como “menores”.

Um aspecto importante do Estatuto consiste no fato de ele propor a participação direta na fiscalização e cobrança política, não só do Estado, mas de toda a sociedade:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 9).

Além da participação popular, o ECA propiciou a criação dos Conselhos Tutelares que compartilham o poder com o juiz e promotoria. Todas as medidas significavam avanços implantados na sociedade brasileira, no entanto há ainda muitas dificuldades para implantá-lo, sobretudo, em relação ao ato infracional, como enfatiza Castelfranchi (2005), leis direcionadas aos direitos das camadas populares tendem a não “pegar”.

Assim mesmo, o Estatuto trouxe benefícios a muitas crianças. Segundo apontam estatísticas dos anos de 1980, cerca de 70 crianças morriam a cada mil nascidas vivas. Em dias atuais, estima-se que esse número encontra-se na casa dos 20. O número de exploração do trabalho infantil também foi reduzido, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho: no início dos anos de 1990 havia quase 6 milhões de crianças trabalhando, em nossos dias, o número caiu para menos da metade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referente ao ano de 2007, mostraram que existem cerca de 2,5 milhões de crianças trabalhando no Brasil o que representa uma redução de mais de 50%. Ainda é imenso o número de crianças trabalhando, que morrem de fome diariamente, ou por falta de saneamento básico, cuidados médicos, ou mesmo, vítimas da violência. Mas, houve avanços importantes que devem ser pontuados.

Mesmo considerando o ECA um grande avanço social no que se refere ao tratamento atribuído à criança, em tempos de mercado não há movimento capaz de enfrentar o capitalismo neoliberal, por isso, ainda existe um número imoral de crianças que se encontram em situação crítica.

Ao refletirmos sobre a situação de crianças e adolescentes que vivem à margem social podemos questionar o valor da democracia tal como foi reconstruída e significada no Brasil, pois esta última deveria garantir igualdade de condições e de respeito aos sujeitos sociais. Como enfatiza Schaller (2002), criar condições sociais que permitam a cada pessoa ter acesso, com sua particularidade, à cidadania e à construção de “sua” vida. Isso significa, reconhecer a pessoa por trás do excluído:

É preciso reconhecer o Sujeito com seu direito ao respeito, à dignidade, porém, mais ainda, que esse Sujeito, na sua vontade de agir como um ator, possa influenciar as condições sociais que lhe permitem existir enquanto tal, como uma pessoa por inteiro, que contribuiu, ela também, na construção da sociedade (Schaller, 2002, p. 154).

Nesse sentido, o estado democrático fica apagado em relação ao sujeito que se encontra excluído da sociedade e, mais uma vez, o que se faz presente é uma forma de governo centrada em uma biopolítica, responsável por “fazer viver”, ou mesmo, “deixar morrer”.

O que buscamos neste capítulo foi mostrar como se deu a construção, social, histórica e discursiva direcionada aos sujeitos-menino considerados, nesta pesquisa, em relação à criança e ao adolescente. O objetivo de expor esse percurso foi mostrar as diferentes formas de significação dos mesmos até que atingissem o estatuto de sujeitos de direito. A partir dessa forma de considerá-los em nossa contemporaneidade, vamos estabelecer relações com o modo de construção dos sujeitos-menino nos documentários.

Antes de iniciarmos nossos gestos de interpretação referentes aos *meninos* em *Falcão: meninos do tráfico* e *Ônibus 174*, a discussão sobre documentário e realidade nos parece fundamental.

CAPÍTULO 3. DOCUMENTÁRIO, REALIDADE, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a problemática em relação aos limites entre ficção e realidade faz parte das condições de produção do filme documentário. Embora a discussão entre muitos cineastas pareça caminhar em direção a um certo consenso ao considerar esse tipo de produção uma obra de ficção, não é difícil encontrar sujeitos-autores que abordam documentários como “representação/reprodução fiel da realidade”.

Com isso, escolhemos, neste capítulo, discutir algumas concepções que consideram o filme documentário como impressão de realidade, reprodução da realidade ou mesmo representação da realidade para encontrar um lugar de interpretação em que possamos verificar o modo como o sujeito-autor encontra-se afetado por estas discursividades.

3.1 IMPRESSÃO, REPRODUÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE?

Como anteriormente postulado, estamos tomando como objeto de análise para pensarmos a construção da subjetividade do sujeito-criança e do sujeito – adolescente os documentários: *Falcão: meninos do tráfico* e *Ônibus 174*. Nosso objetivo é analisá-los a partir de concepções da análise do discurso, utilizando, dessa maneira, os pressupostos teóricos da disciplina. Isso significa que nosso dispositivo analítico de interpretação está ancorado no simbólico, na ordem significante, considerando a relação da língua na história como constitutiva desse processo.

Para expor nossa perspectiva de trabalho com os documentários a partir do lugar de analista do discurso em que nos encontramos, vamos, inicialmente, problematizar a caracterização dos documentários nos termos de Metz (1972) como *impressão de realidade*. Esse termo foi introduzido pelo autor, no ano 1966, para referir-se a concepções de credibilidade e evidência diante das imagens do que estava sendo exibido: “o filme dá o sentimento de estarmos assistindo diretamente a um espetáculo quase real” (1972, p.17).

Aderir a tal caracterização seria, segundo Roure (2007), atribuir a qualquer tipo de filme um lugar de compreensão da realidade o que, consideramos, pode ocorrer por meio de pontos de vista totalizantes, delegando às imagens exibidas o estatuto de transparentes e sem furos. A definição *impressão da realidade* veicula uma “transparência representacional”, isto é, o mundo captado torna-se passível de ser

retratado de forma objetiva e sem equivocidade. Ao acreditar na imagem vista (em movimento) como testemunho do que o mundo é, há a produção de uma captura que impede ao sujeito – espectador se deparar com a instabilidade e a inconsistência da imagem.

Buscando fugir de perspectivas totalizantes, Nichols (2007), ao falar sobre o gênero documentário, julga a inviabilidade de considerarmos esse tipo de discurso fílmico como uma simples reprodução da realidade, pois seria considerá-lo como réplica ou cópia de algo já existente. Por isso, o autor propõe abordá-lo como representação do mundo em que vivemos, devido ao fato de ele representar uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos nos deparados antes.

Julgamos uma reprodução por sua fidelidade ao original – sua capacidade de se parecer com o original, de atuar como ele e de servir aos mesmos propósitos. Julgamos uma representação mais pela natureza do prazer que ela proporciona, pelo valor das idéias ou do conhecimento que oferece e pela qualidade da orientação ou da direção, do tom ou do ponto de vista que instila. Esperamos mais da representação que da reprodução (Nichols, 2007, p. 47-48).

Inseridos em uma perspectiva discursiva, não podemos dizer que o documentário consiste na representação de uma visão de mundo, tendo em vista operarmos com a concepção de cadeia significativa que considera a produção de significação resultado da relação entre significantes, sendo que tal relação se constitui no interior de determinada formação discursiva. Com isso, o que seria considerado representação (de algo, alguém, ou algum objeto) para determinado sujeito, pode não ser para outro que faça parte de uma formação discursiva contrária ao que está sendo mostrado. Esse processo está relacionado ao modo como os sujeitos são interpelados.

Nessa conjuntura em que a interpelação consiste em um modo de identificação, que se dá no interior de uma formação discursiva, não poderíamos falar em representação da realidade, mas em um “recorte” da realidade, um “gesto de interpretação”, de quem filma, seleciona. A partir dessa posição, podemos pensar o documentário na sua opacidade e não na literalidade.

3.2 DOCUMENTÁRIO, OPACIDADE, COMPLEXIDADE

Quando mencionamos o fato de pensarmos o filme documentário por sua opacidade, estamos nos referindo ao discurso verbal e imagético trabalhados em “relação à”.

No que se refere ao caráter não transparente da imagem, Xavier (2005) há muito já nos fala de sua complexidade, que mesmo diante de algo que está sendo representado não pode ser reduzida ao nível denotativo. Nesse sentido, baseado em Eisenstein, este autor expõe uma separação existente entre a representação e a imagem: a representação está contida em cada um dos planos que designa certos fatos ou objetos.

A imagem é uma “unidade complexa” constituída por uma unidade de planos montados de modo a ultrapassar o nível denotativo e propor uma significação, um valor específico para determinado momento, objeto ou personagem do filme. A imagem, como unidade complexa, não mostra algo (Bazin, Mitry), mas significa algo não contido em cada uma das representações particulares (Xavier, 2005, p. 131).

Xavier (2005) considera a imagem como uma unidade, relativamente, autônoma em relação à representação, devido ao fato de ela consistir em uma unidade complexa. Desse modo, é possível sua remissão, enquanto materialidade, ao que falha ou falta.

Consideramos bastante produtiva essa maneira de se considerar a imagem. No entanto, falar em unidade, no interior da Análise de Discurso, consiste em um efeito que se dá na dispersão de sentidos e de sujeitos. Nessa perspectiva, para abordar a construção da subjetividade nos documentários em questão, vamos operar com a noção de discurso complexo.

O termo discurso complexo foi formulado por Zen (2007) para se referir aquelas construções que são resultados da articulação entre diferentes estruturas, verbal e imagética que, a partir de tal junção, promove o surgimento de uma estrutura (outra) complexa: “O surgimento de um discurso © pela relação que se estabelece entre o discurso (a) e discurso (b), evento que pulsiona o surgimento de um novo, nos motiva a chamá-lo de discurso complexo” (Zen, 2007, p. 37)⁷.

⁷ Esta autora faz uso desta teoria para analisar as chamadas crônicas fotográficas, estruturas compostas por imagem e texto verbal.

O surgimento de uma estrutura (outra) complexa é resultado de um movimento que se realiza em nível pré-consciente/consciente. Para falar sobre o nível pré-consciente, a autora, baseada em Pêcheux (1995), estabelece tratar-se de uma retomada de determinada representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), estabelecendo, a partir deste processo, uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. No entanto, segundo Zen (2007) a condição de complexidade discursiva só ocorrerá quando houver a junção entre a imagem e o verbal.

Ao abordarmos os documentários como discurso complexo, vamos remeter sua significação à cadeia significante e à relação desta com uma formação discursiva, lugar de constituição do sentido e de identificação dos sujeitos. Estando os sentidos inscritos na língua, eles devem ser considerados (na perspectiva da análise de discurso) como sendo constituídos na história. Ou seja, para ressoar é preciso a forma material a língua-e-a-história: “Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável” (Orlandi, 2005, p. 102). A partir desta relação, a língua-e-a-história, os sentidos estão sujeitos às falhas e aos equívocos.

No entanto, as noções de falha e equívoco não devem ser tomadas como sinônimos. A língua é capaz da falha, sendo esta última constitutiva da ordem simbólica, temos, então, o que Pêcheux denomina de Real da Língua. O real da língua aponta para uma ligação intrínseca com o impossível que, como real, sempre retorna consiste na impossibilidade de completude da língua, mas não da instauração de um processo de significação: “Como se diz na Análise do Discurso, o real da língua é condição para que a discursividade – efeito de sentido entre locutores – se dê como tal. Não se pode dizer tudo porque existe um impossível e este se encontra inscrito na ordem da língua. Trata-se do impossível que é próprio à ordem da língua” (Mariani, s/d, p. 4-5). Nessa perspectiva, o real da língua é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do chiste e das séries associativas que o desorganizam/desestratificam sem apagá-lo.

Por outro lado, o equívoco consiste na inscrição da língua (sujeita à falha) na história. No entanto, a concepção de história não seria aquela tradicional. A história aqui é abordada como lugar contraditório em que se constituem as relações sociais, tal como considerada em na teoria do materialismo histórico. A contradição é denominada de

Real da História. Articulando o impossível linguístico (real da língua) à contradição histórica (real da história) a partir da mobilização de uma realidade entre o real e o simbólico, Pêcheux pôde introduzir a noção de equívoco, como o ponto em que a língua toca à história e ao inconsciente. Segundo Mariani (idem), o equívoco materializa, a revelia do sujeito, um esgarçamento do processo significante. Esse ponto da teoria é contrária à concepção de um sujeito totalmente onisciente e de uma língua sem falhas. O equívoco aponta para o que está além do controle do sujeito e, ao mesmo tempo, é constitutivo dele.

Diante dessas considerações, não podemos abordar o discurso complexo de modo linear ou homogêneo, pois sendo o documentário construído por discursos verbais e imagéticos, ou apenas discursos imagéticos (como a produção *Nós que aqui Estamos por vós Esperamos* de Marcelo Masagão), há a inscrição na ordem da língua e, assim, qualquer produção está sujeito à contradição histórica e ao equívoco, esta falha na semântica das certezas sobre a realidade.

Feitas algumas considerações, torna-se importante estabelecermos que a relação, do sujeito com os efeitos da linguagem, decorre dos processos significantes. Encontra-se nesses processos os efeitos da língua sujeita à falha (real da língua) e os da história lugar da contradição (real da história), pensando o equívoco no interior de todo este processo, no ponto em que a língua toca a história. Desse modo, os sujeitos se constituem e se singularizam na ordem significante, disso resulta as diferenças em lidar com as contradições que os expõem ao equívoco.

Considerando o discurso como algo que significa pela história, são caras para a AD as marcas que apontam para uma desestruturação do discurso, para a perda de controle do sentido pelo sujeito. Na sua relação com o real, os sentidos são constitutivamente “abertos”, sujeito a falhas, derivas. Por isso, no batimento com o real há deslizamentos de sentido. O Real da Língua e o Real da História são tentativas de tocar o impossível ou insuportável da língua.

A respeito dessas questões, Orlandi (2005) formula que o equívoco e a contradição são necessários ao modo de funcionamento do discurso, pois a ideologia funciona pelo equívoco (ponto em que a língua, sujeita à falha, toca a história) e se estrutura sob o modo da contradição. Não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito e o sentido funcionam: não é em “x” que está a

ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico: “Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história. A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências” (Orlandi, 2005, p. 105).

Tendo em vista as considerações formuladas, vamos pensar os conceitos de falha (real da língua), contradição (real da história) e equívoco a partir do que estabelecemos, baseados em Zen (2007), como discurso complexo. É no interior dessa conjuntura que vamos analisar a construção da subjetividade dos sujeitos-menino nos documentários em questão.

Desse modo, o conceito de representação será substituído pelo de discurso complexo. Quanto à questão da *realidade*, ela será abordada como um efeito do sujeito-autor para a construção do documentário. Falaremos um pouco mais sobre isso no próximo tópico.

3.3 PRODUÇÃO DE REALIDADE OU EFEITO DE REALIDADE?

Acrescentamos aos conceitos de *impressão*, *reprodução* e *representação*, um outro que sempre acompanha as definições de documentário, o de *realidade*, cuja concepção inclui-se na ordem significante que compõe os três elementos da tríade: real, simbólico, imaginário.

Para analisarmos como a concepção de “realidade” se faz presente, ou é construída nos documentários, vamos nos voltar às condições de produção dos filmes.

Em *Falcão: meninos do tráfico*, o sujeito-autor MV Bill expõe os motivos que o levaram a realizar o documentário. Dada a longa duração da entrevista, selecionamos alguns trechos para pensarmos as condições de produção:

Em 1998, Celso e eu pensamos em fazer um videoclipe de uma música chamada Soldado do Morro. Eu já tinha feito a música, mas baseada na realidade que eu via e vivia aqui dentro da Cidade de Deus. Soldado do Morro é uma música que é a história de um falcão que fica em cima de uma laje narrando as mazelas do dia a dia e seu desejo de viver diferente da vida que ele está levando naquele momento. E em alguns lugares que a gente tocava no Rio de Janeiro as pessoas, na platéia, cantavam mais alto do que eu que estava com o microfone na mão. Então, a gente começou a perceber que, aquela música, ao mesmo tempo que, ela era a nossa realidade, minha parecida com a do Celso, ela também representava a realidade de um montão de gente que estava cantando ali, que a maioria dos shows eram em favelas. E a gente decidiu ilustrar essa música com o videoclipe.

(...)

A gente não queria fazer um vídeo que fosse uma ficção, que a gente pegasse pessoas, e botasse armas nas mãos delas, e elas encenassem aquele mundo, por conta da nossa convivência mesmo, da nossa vivência, da nossa entrada dentro dos guetos, dentro das favelas do Rio. A gente queria fazer um videoclipe em que tivesse os próprios caras mesmos, as próprias pessoas que vivem da venda das drogas.

(...)

Então, o Celso e eu convictos que estávamos fazendo a coisa certa embarcamos nessa primeira viagem sem saber que ela resultaria em 8 anos submersos dentro desse universo. Então, a gente entrou em algumas comunidades do Rio e o procedimento que a gente usou é o mesmo que a gente usou até o final das gravações, que era nunca apertar o REC antes de conversar com as pessoas sobre o que a gente estava fazendo e até onde essas coisas poderiam chegar.

(...)

Depois o clipe pronto, resolvemos voltar nas comunidades, antes de mostrar em qualquer lugar. Primeira coisa a fazer era voltar na comunidade e mudar aquilo que a gente discorda que é das pessoas que vai nesses locais fazem as filmagens, depois fazem o que querem com aquilo e nunca mais voltam pra mostrar pras pessoas e quando a gente chegou no lugar é que a gente recebeu as notícias que começaram a causar espanto, que tipo 80% das pessoas que participaram do clipe já não existiam mais. Algumas tinham sido baleadas em confronto com a polícia, outros estavam no hospital, outros já não existiam mais, outros estavam corridos da favela. Então a gente percebeu que nosso clipe era importante, a música também era importante, mas era insuficiente diante da questão, diante do quadro.

(...)

Pegamos a nossa filmadora e começamos a percorrer o Brasil em busca dessa mesma realidade que a gente achava inicialmente que era do Rio. E, ao contrário do que eu mesmo imaginava de ter muitas diferenças, o que eu encontrei foi muitas semelhanças, também. Acabava modificando o material bélico, o tipo de arma, o tipo de droga, a gíria, mas o modelo social de jovem era sempre parecido. Geralmente, negro, pobre, morador de favela com a família desestruturada e essa realidade dividida de forma trágica com o Brasil inteiro e só o Rio de Janeiro ganhando destaque nos noticiários. Então a gente começou a se deparar com essa realidade em todo o Brasil.

(...)

Nesse trecho da entrevista, MV Bill nos conta que o documentário surgiu, inicialmente, do videoclipe da música “Soldado do Morro”, tal projeto foi estendido devido ao fato de o videoclipe ter sido insuficiente diante da problemática dos jovens que viviam e morriam devido ao tráfico.

Ao falar das razões que o levou a abordar essa questão, o sujeito-autor enfatiza, em vários momentos, o fato de ter sido baseado “na realidade”, nos problemas que fazem parte “da realidade” das favelas. Percebemos o vínculo por ele estabelecido entre o documentário (ou o clipe) e “a realidade”: “Eu já tinha feito a música, mas baseada na

realidade que eu via e vivia aqui dentro da Cidade de Deus”, “aquela música, ao mesmo tempo que era a nossa realidade, minha, parecida com a do Celso, ela também representava a realidade de um montão de gente...”.

Por ser da comunidade e estar inserido nesse meio, o sujeito-autor não separa, em seu dizer, a “realidade” da favela (“era a nossa realidade”) tal como ela é, da “realidade” filmada, a “realidade” do documentário, construída por meio de entrevistas, seleções de cena, montagem, opções de filmagem (imagens escurecidas) etc. Para o sujeito em questão o fato de a produção ter sido feita com pessoas de favelas eleva-o ao estatuto de representação fiel, transparente da realidade. Ao contrário da ficção, esta parece ser definida como contendo pessoas encenando:

A gente não queria fazer um vídeo que fosse uma ficção, que a gente pegasse pessoas, e botasse armas nas mãos delas, e elas encenassem aquele mundo, por conta da nossa convivência mesmo, da nossa vivência, da nossa entrada dentro dos guetos, dentro das favelas do Rio. A gente queria fazer um videoclipe em que tivesse os próprios caras mesmos, as próprias pessoas que vivem da venda das drogas.

Ao dizer “nossa realidade”, MV Bill enfatiza a separação existente entre a realidade daqueles que estão em lugares situados à margem, excluídos, dos sujeitos considerados socialmente incluídos. As relações sócio-históricas e ideológicas constituídas nas favelas expõem os sujeitos a um contato muito próximo e diário com o tráfico. Nesse sentido, as relações imaginárias, responsáveis pelas “evidências da realidade”, foram produzidas em meio aos conflitos e problemáticas existentes.

Por ser da comunidade e possuir contato diário com esses conflitos e problemáticas gerados pelo tráfico, o sujeito-autor enfatiza a violência e a quantidade significativa de mortes: “...80% das pessoas que participaram do clipe já não existiam mais”.

Outro aspecto importante que deve ser considerado consiste no fato de os jovens, inseridos nesse universo do tráfico, possuírem características semelhantes: “Geralmente, negro, pobre, morador de favela, com a família desestruturada e essa realidade dividida de forma trágica com o Brasil inteiro e só o Rio de Janeiro ganhando destaque nos noticiários”. Ao expor as características dos jovens que se envolvem com o tráfico nas diversas regiões de nosso país, o sujeito-autor aborda o efeito produzido nos noticiários televisivos que atribuem apenas ao Rio de Janeiro a problemática referente aos jovens inseridos nesse ambiente.

É interessante que MV Bill utiliza o termo “família desestruturada” em referência a um problema enfrentado pelos meninos do tráfico. Esse termo começou a ser utilizado no Código de Menores de 1927, como resultado, o jovem pertencente a uma “família desestruturada” acabou recebendo conotações pejorativas. No documentário, o autor utiliza o termo em questão para enfatizar um problema social da “realidade” dos sujeitos.

Vale destacar, na fala do sujeito-autor à ênfase à questão da “realidade” representada. Podemos dizer que, devido ao fato de ele falar como alguém de dentro da comunidade ao filmar os sujeitos-menino tornou-se difícil produzir a separação entre o “ser” e a “representação” da realidade.

No entanto, sendo o filme nosso objeto de pesquisa e considerando todos os aspectos de sua produção, pensamos a questão da realidade como um efeito, pois ela é construída na materialidade significativa do documentário.

No que se refere ao *Ônibus 174*, o efeito de realidade ocorre de modo distinto, tendo em vista o fato de o filme ter sido feito a partir de imagens de arquivos de um acontecimento passado que já havia sido exibido na mídia televisiva. Nesse sentido, a produção de José Padilha se propôs a produzir/construir uma “realidade” distinta daquela que já havia sido produzida pelo discurso midiático em relação ao caso do assalto ao ônibus.

Uma das diferenças que podemos pontuar consiste na questão do “ao vivo”, das reportagens televisivas, pois o caso foi exibido nessa condição durante horas. Para a realização do documentário, o sujeito-autor selecionou, entre horas de gravações, alguns trechos para construir sua produção, acrescentou depoimentos, realizou um processo de montagem etc. Tudo isso contribuiu para uma resignificação do acontecimento, produzindo sentidos diferentes, outros efeitos de realidade.

Esses efeitos outros de realidade mostram o lugar em que o sujeito-autor é interpelado, em uma posição oposta àquelas das reportagens, pois ele lança um outro olhar sobre a “realidade” do assalto e do sujeito-assaltante. No entanto, ele o faz como um sujeito de fora que, provavelmente, acompanhou o assalto através de reportagens veiculadas em alguma instância midiática. Temos uma enorme diferença em relação ao documentário *Falcão: meninos do tráfico*, pois o sujeito-autor MV Bill expôs a problemática nele discutida como alguém de dentro das favelas, como pudemos

verificar na entrevista, na qual afirma pertencer ao mesmo universo dos sujeitos mostrados.

Abordaremos melhor os documentários nos próximos capítulos desta pesquisa.

CAPÍTULO 4. A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E DE SUJEITOS EM *FALCÃO: MENINOS DO TRÁFICO*

O documentário *Falcão: meninos do tráfico* é uma produção de MV Bill e Celso Athayde lançado no ano de 2005. O filme mostra a vida de muitos meninos de diferentes regiões do Brasil, crianças e adolescentes, que vivem e sobrevivem do tráfico de drogas. Ao trabalhar para o tráfico, os meninos enfrentam diversos conflitos, com traficantes e com a polícia. Muitos consomem drogas, outros afirmam ser um trabalho para sustentar a família. Nesse universo do tráfico, eles vivem distantes, excluídos e expulsos da sociedade. A maioria morre sem chegar à fase adulta.

Considerando esse documentário, vamos, nesse capítulo, analisar os processos de construção de sentidos e da subjetividade dos sujeitos-falcão em alguns recortes feitos do documentário.

4.1. O SIGNIFICANTE *MENINOS DO TRÁFICO*

Ao nos depararmos com o filme, a primeira problemática que levantamos consiste no modo de significação dos sujeitos-protagonista, problemática que já se faz presente logo no título: *Falcão: Meninos do Tráfico*.

A designação, *Meninos do Tráfico* é um aposto de *Falcão*, pois controla seu sentido, está especificando quem são ou quem é um falcão: um menino que pertence ao tráfico. Como significa essa relação que é estabelecida, metaforicamente, entre *falcão* e *meninos do tráfico* que se faz presente no espaço das favelas?

Para nos ajudar nessa relação recorreremos a Orlandi (2006) que, baseada nos estudos de Pêcheux, formula ser a metáfora uma transferência, de uma palavra por outra, sendo que o conjunto desses deslizamentos (paráfrases) instala o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, deixando vestígios na historicidade: “O deslize, próprio da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da história” (Orlandi, 2006, p. 27).

Falcão, que foi metaforicamente utilizado no documentário para se referir aos meninos do tráfico, no sentido literal, consiste em uma ave de caça, cuja principal característica é a velocidade, pode chegar a até 350 quilômetros por hora. Sendo uma

ave de rapina, tem a visão bastante apurada, bastante útil para a caça noturna⁸. Para estabelecer a relação entre *ave de caça* e *menino do tráfico*, vamos nos voltar às próprias definições do que seja um falcão tal como aparecem no documentário: “Falcão é o jovem que vigia e toma conta da favela” (definição do diretor, MV Bill); “Falcão? Pra mim significa aquele que tá no tráfico noturno. Não dorme. Parece um passarinho que não dorme a noite” (definição de um personagem social).

Falcão – ave

Ave de caça, extremamente, veloz que possui visão apurada;

Falcão – Menino do Tráfico

jovem que vigia e toma conta da favela; aquele que ta no tráfico noturno.

No primeiro quadro, temos algo não humano, uma ave cuja finalidade, indicada por meio da preposição *de*, é a caça: “Ave de caça”.

Por sua vez, o segundo se refere ao ser humano, aos sujeitos meninos do tráfico. A transferência que observamos consiste em um deslocamento do significante falcão do lugar do inumano (ave) para o humano (menino). Os deslizamentos que estão produzindo sentidos sobre o sujeito falcão e, desse modo, construindo aspectos da subjetividade dos mesmos, formam uma rede parafrástica que instala no discurso uma outra formação discursiva, esta referente às relações existentes no interior do tráfico. A família parafrástica que constrói a subjetividade do sujeito falcão, qualificando-o por meio do simbólico, pode ser descrita da seguinte maneira. Falcão seria um menino:

Do tráfico

Da favela

Que toma conta

Que vigia

Essa rede parafrástica, por construir o sentido de falcão, no documentário, possui relação com o enunciado “aquele que ta no tráfico noturno”, enfatizando a produção de subjetividade dos sujeitos. Podemos fazer tal afirmação devido ao fato de o enunciado remeter ao processo de interpelação – identificação que, conforme Pêcheux (1988) formula, produz o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”. Devemos expor que o

⁸ Estes dados foram retirados do site: www.avesderapinabrasil.com. Acessado em 11/11/08.

processo descrito anteriormente ocorre sob as diversas formas impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas”.

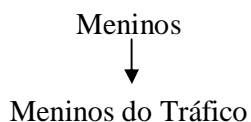
Em outras palavras, o sujeito das relações sociais jurídico-ideológicas é o sujeito de direito, do capitalismo, que se caracteriza por ser livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz). Segundo Orlandi (2005):

essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder... (Orlandi, 2005, p. 104).

No caso das relações mostradas, ao significar *falcão* como “aquele que ta no tráfico noturno”, o filme insere o processo de identificação-interpelação do sujeito no interior das relações do tráfico, enfatizando uma forma de construção de subjetividade que possui relação com a rede parafrástica anteriormente exposta.

No que se refere à questão do sujeito jurídico, que possui direitos e deveres na sociedade, devemos considerar o fato de o sujeito-falcão encontrar-se excluído do espaço social, desse modo, seus direitos e deveres são aqueles determinados nas relações do tráfico. No caso, como falcão ele “ta no tráfico noturno. Não dorme. Parece um passarinho que não dorme a noite”. *Falcão* foi metaforicamente resignificado para ser utilizado com a referência que aparece no documentário.

Diante dessa forma de significação, ainda uma outra questão nos inquieta: o deslizamento de sentido do enunciado *meninos*, para, *meninos do tráfico*. A palavra menino, segundo o dicionário Houaiss (2001:1893), é utilizada, em nossa contemporaneidade, para designar criança ou adolescente, predicados em relação a um contexto familiar, de afetividade. A expressão *Meninos do tráfico* faz deslizar o sentido de *menino* para o contexto da criminalidade/marginalidade. A expressão *meninos do tráfico* possui historicidade e marca relações ideológicas que especificam o domínio de sua importação: o tráfico.



Essa historicidade que caracteriza a expressão *meninos do tráfico* é constitutiva da língua, marca o lugar da contradição, do real da história.

Pensamos a contradição, nos termos de Pêcheux (2004), isto é, no nível da linguagem, como um princípio que corrompe a univocidade linguística, lugar do real. Esse conceito, atrelado à concepção de real da língua, são tentativas de tocar o impossível. É importante uma vez mais destacarmos que o real da língua e o real da história constituem a relação com a linguagem, possibilita sentidos outros, estabelece ser a língua um sistema sujeito a falhas, rupturas, onde irrompe outras possibilidades.

Dessa perspectiva, a contradição é o lugar em que se materializam os equívocos, pontos que afetam a univocidade linguística do sujeito: “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem se conjugar a contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. A irrupção do equívoco afeta o real da história (...)” (Pêcheux, 2004, p. 64). O equívoco aponta para o que está além do controle do sujeito, e aponta para o fato de que a língua para significar deve se inscrever na história.

Podemos considerar que esse deslizamento de sentido, de *meninos* para *meninos do tráfico* é responsável por originar, devido à composição gramatical, uma nova forma de designação e representa no dizer uma diferente formação discursiva (FD), que caracteriza o lado de dentro, contraditoriamente ao lado de fora da criminalidade (*meninos*). O termo *meninos* significa, como já dissemos, crianças e adolescentes, mas aqueles sujeitos inseridos na sociedade, incluídos no interior do que é considerado como uma família estruturada, não sobrevive de qualquer atividade criminal, possui um lugar legitimado.

Por outro lado, *meninos do tráfico* possui uma outra historicidade, pois ao mesmo tempo em que retoma *meninos*, recuperando uma memória de criança e adolescente em situação de inserção social, faz deslizar o sentido pelo equívoco da língua: esses *meninos* são *do tráfico*. E, no interior dessa FD, podemos dizer que *do tráfico* significa os sujeitos *meninos* no contexto do trabalho. Se, da FD da lei ser *do tráfico* significa estar em uma atividade criminal, na FD do tráfico, ser *do tráfico* significa exercer um trabalho que lhes permite viver, sustentar a família. Sentidos possíveis pela relação parafrástica construída no filme entre *falcão/meninos do tráfico/aquele que vigia/que toma conta*.

Nessa perspectiva, podemos dizer que *trabalho* e *tráfico* pertencem à mesma rede parafrásticas, isto é, pertencem ao mesmo sítio de significação para os sujeitos envolvidos com a atividade criminal.

Considerando o que significa trabalho em nossa ordem social, como uma atividade que possa proporcionar aos indivíduos condições para viver (ou sobreviver), sustento, o filme mostra que, no interior de muitas favelas, para os sujeitos que estão envolvidos com essa atividade, o tráfico possui tal função. Por isso, podemos relacioná-lo ao mesmo sítio de significação de trabalho.

A família parafrástica que produz o sentido de tráfico como trabalho, para aqueles sujeitos que vivem dessa atividade, se relaciona à forma como a produção constrói a subjetividade dos meninos no lugar deixado vazio em “aquele que...”: “aquele que ta no tráfico noturno”. Em outras palavras, pensando o filme no interior da análise de discurso, podemos dizer que ele constrói a produção da interpelação – identificação dos sujeitos meninos do/no tráfico relacionando esta atividade a trabalho. No entanto, se o tráfico, nas favelas, significa trabalho, ele também significa violência e morte. Nesse sentido, significa, direta ou indiretamente, o aniquilamento social dos sujeitos envolvidos, não importando a idade.

Tal relação, que significa *tráfico* como *trabalho* na formação discursiva do tráfico, funciona pelo equívoco (falha da língua na história), ou seja, funciona devido à historicidade que os dois termos adquiriram no espaço da criminalidade, fato que possibilitou tal aproximação, no interior da ordem simbólica lugar onde ocorre à falha da língua e lugar da ideologia.

No entanto, ao buscarmos estabelecer uma relação entre crianças e adolescentes inseridos no interior da criminalidade, da violência, do tráfico, não temos algo socialmente aceito, pois vai contra um imaginário social em relação a esses sujeitos, que conta com leis próprias para lhes assegurar proteção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Mesmo na favela, a existência dos *meninos do tráfico* se justifica pelo tráfico, eles não são significados como crianças e adolescentes, como definido no ECA. Da perspectiva da FD do tráfico eles são adultos: o tráfico é o lugar de trabalho, e quem trabalha é adulto. Por isso, esses sujeitos são excluídos e (quase) apagados enquanto sujeitos de direito. E tal apagamento estabelece a contradição que estrutura a ideologia

no interior das relações tanto na sociedade, quanto na favela, em que os *meninos do tráfico* são significados como não-crianças, não-adolescentes, não-sujeitos pela discursividade da lei. Na sociedade eles não existem. E na favela, suas existências encontram-se vinculadas ao tráfico. A relação de significação também produz o efeito de que todo *menino* da favela é *menino do tráfico*. Há uma sobreposição entre ser da favela/ser do tráfico no imaginário social daqueles que não pertencem à favela, ou seja, daqueles que falam pela discursividade do Estado.

4.2. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS E SUBJETIVIDADES NO DOCUMENTÁRIO

Como estabelecemos por objetivo nesta pesquisa analisar a construção de sentidos e subjetividades nos documentários, considerando-os como discursos complexos, devemos nos atentar às diferentes materialidades. Esse trabalho feito a partir da relação entre o verbal e as imagens consiste em um ponto importante por nos possibilitar abordar o discurso imagético, também, por sua inscrição na língua e afetado pela história.

Vamos iniciar esse tópico com Orlandi (2007) que, ao analisar o livro *Falcão: meninos do tráfico* (responsável por abordar os bastidores da filmagem do documentário), expõe o fato de os sujeitos-falcão, serem fragmentos que convivem diariamente com a falta de sentido e a falta de lugares, tendo em vista viverem em lugar nenhum:

Mesmo para eles, os falcões, **estar** na rua é promover-se na “escala social”. É ser alguém. Enquanto “falcões”, eles são apenas os olhos – eu nem diria do traficante, mas – do tráfico. Impessoalidade total. Falcão, ele só vê, não pode ser visto, não pode **estar** em lugar algum. Não tem corpo reconhecido pela sociedade. É apenas o olho que vigia, do outro lado da lei, da sociedade. Não tem vida pública. Não é “comum”. Não existe. Não se significa no social. Não ter um lugar é estar dissolvido na fragmentação (Orlandi, 2007, p. 8, grifos da autora).

Ao assistir ao documentário, podemos reconhecer outras relações:

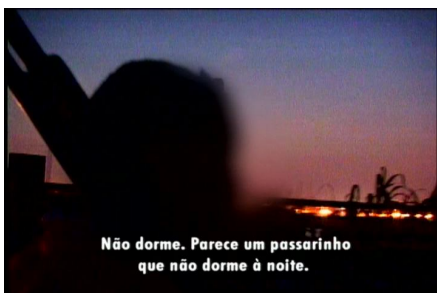
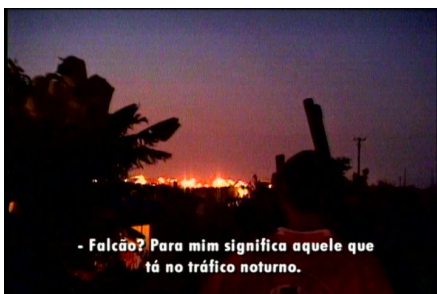


“Facão é o jovem que ...



... vigia e toma conta da favela”.

Nesta seqüência de imagens não aparece
legenda por ser dita por MV Bill.



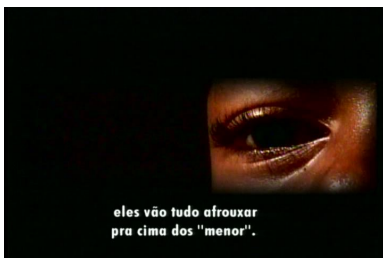
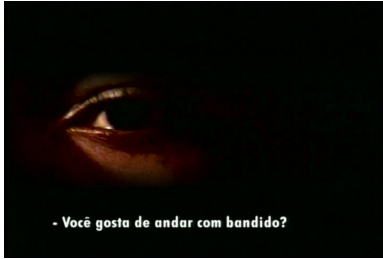


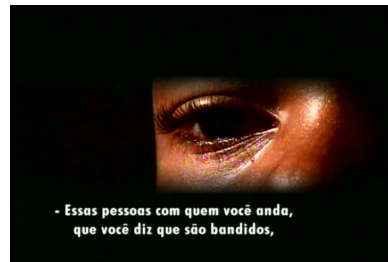
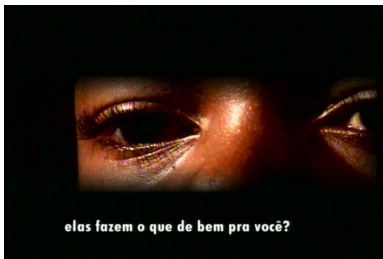
As imagens escurecidas e distorcidas não permitem ao sujeito-espectador identificar o menino do tráfico: são representados pela impessoalidade (fotograma 1 e 2) ou como partes, fragmentos (fotograma 5), conforme já observou Orlandi. Com isso, além de ser os “olhos do tráfico”, que vêem, mas não podem ser visto (Orlandi, 2006), os meninos são, também, a boca que avisa o tráfico de qualquer atividade irregular na favela, são os braços que seguram armas.

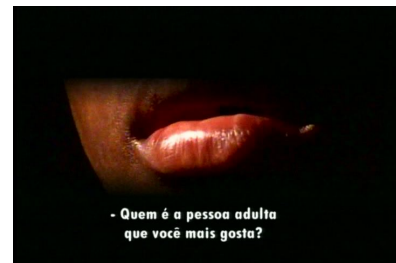
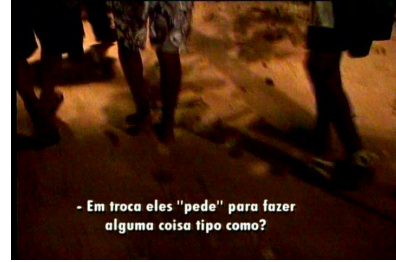
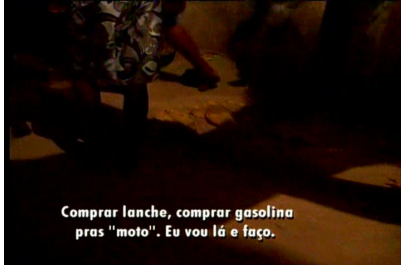
A rede significativa formada pelo modo de exposição do discurso imagético que ressalta os sujeitos em suas atividades de falcão (com armas, rádios, em posição de vigilância), em relação ao verbal (“falcão”, “jovem que vigia e toma conta da favela”; “aquele que tá no tráfico noturno”), reforça o sentido de tráfico como trabalho para os sujeitos inseridos nesse meio. Podemos considerar que as mãos, os olhos (a vigiar) e a boca (ao relatar qualquer irregularidade) que lhes dão um lugar no interior do tráfico, trabalham no espaço da contradição: essas mesmas mãos, olhos, boca do tráfico significam o sujeito enquanto fragmento; o restante do sujeito é (quase) apagado. Dizemos *quase*, pois podemos nesse lugar vislumbrar a falha, lugar do real, constitutiva da ordem simbólica que se faz presente na forma de significação dos sujeitos meninos do tráfico e no próprio timbre de voz que, em termos de qualidade, denuncia não se tratar de um adulto.

Em todo o filme encontramos referência a esse sujeito fragmentado, como, por exemplo, nesta cena:











A inserção de legendas na fala dos meninos é uma regularidade que ocorre em todo o documentário, assim como a presença das aspas em determinadas palavras que, de acordo com a gramática normativa, encontram-se incorretas, e dos parênteses para explicar termos próprios do sujeito que, provavelmente, são próprios do tráfico. Tais artifícios estabelecem uma separação entre o sujeito menino do tráfico, de dentro da favela, e o sujeito-autor que, ao utilizá-los, expõe a perspectiva de uma FD de fora da favela. As aspas e parênteses marcam uma voz de fora da favela. Essa questão é ainda reforçada pelo fato de nas falas do sujeito-autor não aparecer legendas, estabelecendo uma outra separação.

Considerando a fala do sujeito, percebemos que ele se refere a si próprio como o “menor”, não como criança, adolescente, ele é o “menor” que é “esculachado” e que anda com bandidos para “afrouxar” o tratamento que recebe em seu meio. Quando o sujeito diz “todo mundo gosta de esculachar os menor”, podemos dizer que o “menor”, nas favelas, onde o tráfico possui poder, em relação aos “bandidos”, é significado como ninguém, como um não-sujeito e como tal, pode ser esculachado. Até mesmo a pergunta que lhe é dirigida “o que você quer “ser” quando crescer?”, produz o efeito de que enquanto “menor” ele não é ninguém, no caso, passará a existir, enquanto sujeito, quando for “bandido”, “fiel”, mesmo que negativamente, pois a mídia pode tornar visível sua invisibilidade, e mesmo na favela ele passa a ser respeitado ao ocupar esta posição, por isso, a resposta: “quero ser bandido” significa na FD do tráfico “quero ser alguém”.

Essa forma de significação retoma uma memória do *código do menor* da década de 1920 ou mesmo da *legislação do menor*, de 1979, em que esse termo era utilizado para se referir aquela parcela da população, menor de 18 anos, que vivia a margem da sociedade, excluída. Como resultado ele acabou recebendo, do meio social, atributos pejorativos. O termo “menor” nas condições de produção do tráfico significa os sujeitos crianças e adolescentes daquele lugar ainda na contemporaneidade e ainda de forma pejorativa, tendo em vista o fato de aqueles significados como “menor” serem “esculachados” na ausência total de qualquer lei de proteção. Característica da exclusão como expulsão social, em que, como destaca Skliar (2003), o sujeito expulso consiste em uma vida nula, sem visibilidade, nome, palavra, direitos reconhecidos.

Como já destacamos, é necessário buscar os sentidos, no documentário, por meio da relação entre o discurso verbal e o imagético.

A não-visibilidade do sujeito-menino nas imagens é materializada por meio de falta de luz. Apagamento cromático, que remete a seu apagamento social. Há visibilidade apenas nos olhos e na boca, intercalados, no decorrer da cena. A fragmentação aqui é significada no rosto através do recorte nas partes utilizadas pelo tráfico: os olhos e a boca. O rosto escurecido nos permite dizer que não importa a identificação desse sujeito, ele é um dos muitos meninos do tráfico cuja existência se resume ao trabalho por ele realizado na organização criminal.

A contradição estabelece historicidade às imagens na construção do documentário, pois ao materializarem um sujeito (quase) apagado, essas imagens significam a negação da própria existência do sujeito. No interior do tráfico, ele é um fragmento (boca, olhos) tal como se encontra materializado na última sequência.

Podemos pensar a concepção de contradição, tal como formulada por Pêcheux, a partir da relação entre os discursos verbais e imagéticos em ambos os trechos selecionados, em que os meninos do tráfico são caracterizados como aqueles que vigiam e tomam conta da favela, estão no tráfico noturno, e as imagens expõem fragmentos. No tráfico a condição de menino, dos sujeitos, é reconhecida para, em seguida, ser negada, devido ao fato de o tráfico consistir na negação do menino enquanto criança. Isto é, o tráfico consiste na negação dos sujeitos de sua condição de criança, tal como consta em documentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente. No interior do tráfico os meninos são mãos, olhos, boca, fragmentos. A contradição se faz presente na

construção de todo o documentário ao mostrar que os meninos do tráfico são excluídos enquanto crianças e, na relação com o adulto, eles ocupam uma condição “menor” (exatamente por serem crianças): não são crianças, e ainda não são adultos.

Temos as falhas na relação entre o verbal e as imagens, falhas que se materializam na designação “Meninos do tráfico” que apontam para o reconhecimento e, ao mesmo tempo, negação da condição da criança (tal como estabelecida pelo ECA). Assim como a condição de meninos é negada, as imagens denunciam o quase apagamento dos sujeitos, ou, dito de outro modo, as imagens denunciam os sujeitos enquanto fragmentos. Fragmentos do tráfico.

As formas de significação e subjetivação dos sujeitos-menino que aparecem no documentário, tanto no verbal quanto nas imagens, estabelecem um aspecto da exclusão que Foucault (2002) caracteriza como aniquilamento, morte direta ou indireta do outro. Isto é, o “menor” ou o “menino do tráfico” não existe para a sociedade enquanto sujeito-menino, criança e adolescente, tendo em vista o fato de ele não gozar dos mesmos direitos daqueles de “dentro”, incluídos. Esse tipo de exclusão tal como caracterizada no filme, que mostra os sujeitos diariamente expostos à morte, rejeitados do restante do meio social, fragmentados, significados como “menores” e “meninos do tráfico” consiste em formas de morte indireta dos sujeitos.

Podemos dizer que o discurso complexo na relação entre o verbal e as imagens funciona da seguinte maneira: o verbal (discurso A) caracteriza os sujeitos no interior do tráfico como “*meninos do tráfico*”, “*jovem que vigia e toma conta da favela*”, “*aquele que ta no tráfico noturno*”, e as imagens (discurso B), tal como estão materializadas, mostram que no interior do tráfico eles são apenas fragmentos, não-criança, não-adolescente, não-menino. A estrutura outra ©, resultado da relação entre os discursos verbais e imagéticos, enquanto prática simbólica que pode inscrever as relações de significante (verbal) com significante (imagético), é um lugar de construção da subjetividade dos sujeitos, qualificando-os como fragmentados, excluídos de suas condições de meninos, e excluídos enquanto sujeitos de direito da sociedade.

Esse documentário nos oferece a possibilidade de refletir sobre a problemática referente ao tráfico de drogas e, principalmente, sobre a quantidade de crianças e adolescentes que vivem e sobrevivem trabalhando nessa atividade. Devido à força, influência e respeito que os traficantes exercem nas favelas, o desejo de entrar para a

vida do crime é construído como bastante comum, tanto que aparece como uma das “brincadeiras” preferidas das crianças, em um trecho do documentário intitulado: *brincadeira de criança*.



A brincadeira tem várias “arma”, mas tudo de brinquedo. Tem tipo assim, nós pega “alcalipó” fala que é maconha. Aí tem os “moleque” que vai, compra bagulho, fala que é pó. (...). Isso aqui é o bagulho que nós “brinca” aí mesmo. Só pra nós “se” divertir.



É um grande desafio pegar essas imagens que são uma brincadeira, que eu sei que é uma brincadeira, e mostrar, isso para as pessoas de forma que elas não achem que aquilo é verdade. Porque é muito real a brincadeira deles (...).



Todos os detalhes que eles vêem na vida real, que eles vêem os bandidos fazendo, eles querem imitar.

Para estabelecer uma reflexão sobre a cena, vamos nos atentar ao que Benjamim (1984) expõe sobre a prática de brincar. Segundo o autor, é por meio do Brincar que a criança se encontra com o mundo, percebe como ele é, e recebe elementos importantes para a sua vida, desde os mais insignificantes hábitos, até fatores determinantes da cultura de seu tempo. Nesse sentido, a repetição de determinadas brincadeiras é uma forma de reviver certas sensações, fixá-las, entendê-las, superá-las ou até mesmo satisfazer-se.

Considerando as palavras de Benjamim (1984), o brincar relaciona-se ao simbólico na vida dos sujeitos-criança, tendo em vista o fato de proporcionar um contato a elementos importantes e até determinantes da vida e da cultural. Podemos perceber essa relação do brincar como prática simbólica a partir da fala do personagem social: “nós pega “alcalipto” *fala* que é maconha. Aí tem os “moleque” que vai, compra bagulho, *fala* que é pó”. Percebemos que a brincadeira enquanto prática simbólica atribui sentido não ao objeto em si, mas a representação do objeto, que adquire esse estatuto devido ao nome que se dá a ele, responsável por produzir o efeito de realidade.

Isso indica que, desde crianças, estamos inseridos em um mundo constituído pelo simbólico, onde sujeitos e sentidos adquirem significação por meio da relação com o universo simbólico, ou como formula Orlandi (2005), na articulação da língua com a história.

Devido à maneira de se “brincar de tráfico” percebemos outros aspectos da construção da subjetividade de crianças, o desejo de entrar para a vida do crime, devido à significação dessa prática para grande parte dos sujeitos, e devido ao tratamento que eles enquanto “menores” recebem: o de ser “esculachados”.

Na construção da cena, o diretor e produtor do documentário, MV Bill, expôs que seu objetivo consistia em mostrar a cena como uma “brincadeira”: “É um grande

desafio pegar essas imagens que são uma brincadeira, que eu sei que é uma brincadeira, e mostrar, isso para as pessoas de forma que elas não achem que aquilo é verdade”.

No entanto, ele se contradiz, ao encontrar-se inserido em um imaginário que considera a produção do qual é responsável como realidade: “é muito real a brincadeira deles”. Esse imaginário do sujeito-autor, lugar da certeza em relação ao mostrado, encontra sustentação devido ao fato de ele *ser* e *estar* inserido no universo da favela, onde a significação do tráfico é uma *realidade* que ameaça, direta ou indiretamente, a vida de todos os moradores.

Nessa conjuntura, ao mostrar, por meio do discurso imagético, sujeitos com corpos eretos, firmes, segurando armas, rostos cobertos deixando apenas os olhos a mostra, “brincando” de utilizarem drogas, o sujeito-autor, tendo se constituído nesse meio e sabendo a influência que o tráfico exerce, não consegue separar estes significantes, tal como foram selecionado e filmados para *representar* o tráfico, do tráfico em si.

A construção da subjetividade destes sujeitos-menino no documentário enfatiza que os mesmos só existem no interior do tráfico, isto é, eles só existem no/para o tráfico, ou então são apagados completamente. E mesmo no interior do tráfico, eles não passam de sujeitos fragmentados, cuja função os restringe a serem olhos, boca, braços, e não sujeitos completos.

No entanto, ser um fragmento é melhor do que ser completamente invisível. Por isso, tantos sujeitos desejam esta vida a ponto de inseri-la diariamente em suas “brincadeiras”. O filme nos mostra a formação que estas crianças e adolescentes, excluídos, esquecidos, da sociedade estão recebendo nas favelas, consiste na formação do tráfico de drogas.

CAPÍTULO 5. O CASO ÔNIBUS 174

A produção *Ônibus 174* de José Padilha, fala sobre o assalto, que se transformou no sequestro ao Ônibus 174, no Jardim Botânico, Zona Sul do Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000, por Sandro Barbosa do Nascimento, 22 anos. Esse assalto acabou resultando na morte de uma refém, Geísa Firmo Gonçalves, alvejada por um policial e por Sandro, e na morte do próprio Sandro, que foi asfixiado por policiais envolvidos no caso.

O documentário alterna fatos reais (imagens de arquivos referentes ao sequestro tal como transmitido pela TV), depoimentos de meninos de rua sobre a vida de Sandro, mostrando sua condição também de menino de rua. Essas vozes falam do menino de rua Sandro para falar de si mesmo e, como resultado, acabam contando a história de muitos outros sujeitos, outros meninos de rua, que enfrentam tragédias todos os dias. No caso do jovem em questão, aos 6 anos de idade, ele presenciou a mãe ter sido degolada, sobreviveu à Chacina da Candelária, para anos depois ter cometido o assalto em questão. Além das imagens de arquivos, comentários de meninos de rua, o documentário traz a participação de parentes de Sandro, assim como, especialistas na discussão sobre conflitos sociais, especialmente, no que se refere ao drama da exclusão de jovens marginalizados, justificando o porquê de ele ter se tornado menino de rua e, dessa condição, a “bandido/assaltante”. Outros depoimentos de jornalistas, policiais do Bope, ex-comandante e reféns que estiveram envolvidos no episódio, também, se fazem presentes na produção.

5.1. O SIGNIFICANTE *MENINOS DE RUA*

Assim como *Falcão* mostra um deslizamento de sentido do significante criança/adolescente - “meninos” - “meninos do Tráfico”, em *Ônibus 174*, temos exposto um outro deslizamento. Do significante, “meninos” para “meninos de rua”, em referência à condição de Sandro, que viveu e sobreviveu na rua junto de outros sujeitos na mesma situação, sobreviveu à Chacina dos meninos da Candelária, e a internações em “instituições de correção e socialização”. Como podemos refletir sobre o

significante “menino de rua” na história da sociedade brasileira e na história do documentário?

Quando estudamos a história do sujeito-criança e do sujeito-adolescente, verificamos que houve diferentes designações para significá-los, em diferentes períodos, para diferentes classes sociais, ou seja, as práticas discursivas sobre esses sujeitos ao classificá-los/categorizá-los dividia-os no espaço social da seguinte maneira: sinhozinho/sinhazinha (no período colonial); menino, crianças e adolescentes sujeitos que se encontravam em ambientes socialmente legitimados, incluídos; e, do lado oposto, moleques, curumins, menores etc., em referência aos que eram lançados à margem social, os grupos considerados excluídos.

Como já expusemos, *moleque* e *curumim* foram utilizados para se referir, no período colonial, às crianças indígenas (*curumim*) ou filhos de escravos (*moleques*). Por outro lado, o termo *menor* surgiu no século XIX, inicialmente, como delimitador da idade referente à imputabilidade no Código Criminal do Império, em 1830. Em pouco tempo, passou a ser significado como *menor* qualquer criança de origem pobre ou de família “desestruturada”, em oposição à criança de família. O termo *menor* foi ainda utilizado para enquadrar, perante a lei, a criança e o adolescente em situação de exclusão no Brasil, isso ocorreu com a criação do Código de Menores de 1927 e a Legislação de Menores, de 1979, ambos já discutidos no capítulo 2. Podemos perceber que essa maneira de significar a criança e o adolescente considerado excluído perpassou grande parte do século XX.

Os “menores” eram significados como: crianças carentes, menores infratores que possuíam comportamentos divergentes, condutas anti-sociais, lares desfeitos, desorganizados, desestruturados. Diante deste quadro, surgiu, na década de 1980, a denominação “meninos de rua”, para ressignificar a concepção que se tinha desses sujeitos que viviam à margem social, em situação de rua.

O termo “menino”, como já exposto, comporta uma memória de crianças e adolescentes e, podemos dizer que ao utilizá-lo em referência àqueles sujeitos em situação de rua buscou-se, de alguma forma, recuperar essa memória e atribuí-la aos sujeitos em questão. Além de tentar recuperar identidades de crianças e adolescentes o discurso fílmico produz uma desomogeneização da relação direta meninos de rua/lares

desestruturados, da perspectiva dos adultos que interpretam esses sujeitos. No entanto, na voz de outros meninos, tal relação se mantém.

Com a inserção, no Brasil, do significante *meninos de rua* houve uma tentativa de ressignificar a situação dos sujeitos no espaço da rua, romper com um imaginário existente desde o século XIX em relação aos mesmos. Mas, os resultados não foram significativos a ponto de mudar a significação existente no interior da sociedade em relação a eles, pois o *ser da rua* ou *estar na rua* sempre foi considerado como algo negativo, inadequado, principalmente, nas últimas décadas do século XX em que a rua, e por intermédio os sujeitos desse espaço, passaram a significar ameaças.

Temos o que se caracteriza como um colapso da rua como espaço público, resultando em reclusão dos incluídos por temor dos excluídos, e a expulsão dos excluídos do interior do meio social. É interessante observarmos, baseados em Foucault (2004), que no decorrer do século XIX e em grande parte do XX, havia reclusão dos considerados excluídos: loucos, degenerados, delinqüentes etc. Em nossa contemporaneidade, há reclusão dos incluídos e, ao mesmo tempo, expulsão, aniquilamento, desaparecimento por morte, matança dos excluídos. Temos deslocamentos significativos nessa nova ordem social.

Cantarelli e Lewkowicz (2001) denominam esse colapso da rua e suas consequências como intercâmbio entre semelhantes, isto é, incluídos com incluídos, e expulsos com expulsos, sendo que, como já destacamos, espera-se que o expulso seja eliminado, e, dessa perspectiva, o estar na rua, viver ou trabalhar na rua contém significações negativas.

Por isso, nessa conjuntura, o significante *meninos de rua*, remetendo os sujeitos à rua, é significado no interior de uma formação discursiva (FD) que considera o ser/estar na rua como excluído e expulso, eliminado do meio social, tendo em vista o fato de rua significar negativamente em relação aos lugares considerados incluídos como, por exemplo, “casa” / “escola”. Isso estabelece que em nossa contemporaneidade eles não são, simplesmente, “meninos”, da perspectiva de um imaginário social estabilizado que significa, positivamente, crianças e adolescentes. Podemos dizer que, eles continuam significando como “menores”, “pequenos infratores”, “frutos de lares desfeitos”, possuindo “condutas anti-sociais” etc.

Ao significá-los negativamente, apaga-se qualquer historicização que os remeta ao que configurou sua situação, naturaliza-se a situação em que se encontram apagando o fato de serem crianças e adolescentes, remetendo-os a um estado de completa exclusão:

A cristalização deste discurso impede que crianças e adolescentes sejam considerados em sua história de exploração e marginalização. Na verdade, estes meninos e meninas são vítimas cotidianas de ações extremamente violentas seja por parte do Estado, polícia, família e instituições afins, como da própria sociedade civil através de seus “defensores”, ou melhor dizendo, através dos exterminadores, linchadores etc. (Roure, 1996, p. 72).

Devido à forma de se considerar os sujeitos meninos de rua, analisar a construção da subjetividade do sujeito Sandro, no documentário, é analisar a situação de muitas crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, excluídos. É analisar o contexto social da violência em várias instâncias, isto é, não apenas a violência que esses meninos praticam, mas, também, a violência que eles sofrem. Com isso, podemos pensar a existência de um deslocamento de sentido produzido pelo sujeito-autor, tendo em vista o fato de ele apresentar essa perspectiva trazida por diversos personagens sociais. Um desses personagens é o sociólogo Luís Eduardo Soares:

Esse Sandro é um exemplo dos meninos invisíveis que eventualmente emergem e tomam a cena e nos confrontam com a sua violência que é um grito desesperado, um grito impotente. A nossa incapacidade de lidar com os nossos dramas, com a exclusão social, com o racismo, com as estigmatizações todas, com esses problemas todos, nós convivemos, aprendemos a conviver tranquilamente com os Sandros, com as tragédias, as extensões das tragédias e isso se converteu em parte do nosso cotidiano. A grande luta desses meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece nosso valor, não preza nossa existência, não diz a nós que nós temos algum valor, não devolve a nós a nossa imagem ungida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento. Um menino negro pobre, qualquer menino, nas grandes cidades brasileiras, transita pelas ruas, invisível. Há duas maneiras de se produzir a invisibilidade: esse menino é invisível porque nós não o vemos, nós negligenciamos a sua presença, nós o desdenhamos; ou porque nós projetamos sobre ele um estigma, uma caricatura, um preconceito. Nós só vemos o que nós projetamos. A caricatura que nós, com os nossos preconceitos, projetamos.

Embora Sandro com 22 anos se enquadre na categoria do que é considerado adulto em nossa sociedade, no documentário, ele é significado como menino a partir do

significante menino de rua. Isso nos permite considerá-lo como criança/adolescente. Podemos tomar esse deslocamento produzido no documentário a partir da perspectiva de Lagazzi (2004) como uma prática simbólica, constituída por uma relação de contradição que se caracteriza “como um espaço de movimento entre sentidos estabilizados”.

5.2. CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E SUBJETIVIDADE NO DOCUMENTÁRIO

A construção do filme *Ônibus 174* problematiza o acontecimento tal como foi transmitido, ou mesmo, presenciado por grande parte daqueles que se encontravam no local. Desse modo, as cenas escolhidas expõem o que falha no conjunto de evidências sobre o caso, e confrontam o sujeito-espectador com a presença de um real, que só pode ser vislumbrado, pois nunca se alcança, mas é constitutivo de todo discurso.

Apenas para estabelecer um paralelo, em *Falcão: meninos do tráfico* a construção de sentidos e dos modos de subjetivação é feita por meio de imagens escurecidas, desfocadas, em que a visibilidade se mostra apenas em algumas partes do corpo e do rosto dos “meninos” o restante permanece invisível. Essa forma de mostrá-los é uma construção do diretor que enfatiza o modo como são vistos pelo tráfico e esquecidos pelo restante da sociedade. A filmagem se dá no cotidiano em relação a um presente.

Por outro lado, *Ônibus 174* refere-se a um acontecimento retroativo (já havia acontecido em relação ao presente da produção). Ele foi feito a partir de arquivos sobre o assalto, com imagens do caso, com o acréscimo de depoimentos de personagens sociais diversos. O modo de exposição das imagens, também, é diferente do primeiro, tendo em vista a exposição da visibilidade do sujeito. Como se produz a subjetividade pelo recorte que o sujeito-autor fez da transmissão do fato gravado?

Um trecho que para nós demanda significação, do ponto de vista da produção da subjetividade, consiste nas escritas produzidas no ônibus durante o acontecimento. Explico: durante o sequestro, antes de fazer contato com a polícia, Sandro mandou uma das reféns, Janaína Neves, escrever algumas frases nas janelas do ônibus; é a primeira forma de contato/comunicação com o outro durante o ocorrido que já havia ganhado proporções bastante grandes:



Temos um personagem social que, na cena em questão, encontra-se com uma arma apontada para a cabeça de uma refém, obrigando-a a escrever, com batom, algumas frases nas janelas do ônibus, frases que podem ser relacionadas ao sítio de significações de sua posição de assaltante/sequestrador: “Ele tem pacto com o diabo”; “Ele é louco”; “Ele vai matar geral as 6 hs”; “Ele vai me matar”.

Um aspecto que se torna importante nesse trecho é o modo de dizer, e sua relação com a cadeia significante: a forma da 3ª pessoa e não da primeira, tendo em vista o fato de as frases terem sido escritas por uma refém. Com isso, o dizer de Sandro se transforma, pela escrita da refém, no dizer do outro (não sequestrador/bandido). O dizer é transcrito por alguém que ocupa a posição do cidadão normal (em oposição a louco), do bem (em relação ao diabo). Poderíamos considerar que o sujeito aqui se subjetiva pela língua através do dizer do outro. Ele se apropria da interpretação do outro para poder se tornar visível e obedecido. Assim também o sujeito-autor do documentário possibilita esse efeito (talvez mesmo esse saber) quando entrevista os outros meninos de rua, que, de modo parecido, se tornam ventríloquos do outro que os exclui.

Essas escritas podem ser consideradas como discurso verbal e, também, como discurso imagético, pois foram produzidas, desenhadas com batom, pela refém para dar

visibilidade à fala de Sandro e ficou exposta durante todo o ocorrido contribuindo para construir um imaginário sobre o sujeito-assaltante. Tanto as escritas quanto às imagens de Sandro com arma apontada para a refém construíram a figura do bandido para a população que estava assistindo e foram utilizadas pela mídia na produção dos mesmos efeitos de sentido.

Os enunciados, contendo termos como diabo, louco, matar, remetem a um imaginário social extremamente negativo, assim como, assaltante, sequestrador, bandido, criminoso. Desse modo, nas condições de produção do acontecimento, esses significantes puderam ser relacionados à mesma rede parafrástica e construíram, negativamente, o sentido de assaltante/sequestrador responsável pela violência.

Pensando o discurso complexo por meio do verbal (escritas no ônibus) e das imagens (materilizada, também, nas escritas, assim como nas imagens do sujeito-Sandro), o efeito que resultaria dessa relação, sintetizando uma estrutura outra, seria: “se é louco/diabo, tem que matar/eliminar”. Mas, pelo fato de ser televisionado, o sujeito deve ser significado, na contemporaneidade, como sujeito de direito, como ser humano e, desse modo, ele deve ser ressocializado/incluído.

Há ainda um outro enunciado que falha com essa rede de sentidos, irrompe em um outro sítio de significações, responsável por expor a cena ao equívoco: “arrancaram a cabeça da sua mãe”. Temos uma ruptura na significação que vinha se formando, ruptura que marca a inserção de um elemento novo que demanda sentido.

Para estabelecer um gesto de interpretação com este enunciado, vamos mostrar o restante da cena, o que se seguiu após as escritas de batom, tal como mostradas na produção. Sandro vai à outra janela e começa a se comunicar verbalmente:



Se liga só rapaziada. Da mesma forma que vocês é perverso, também não sou de boqueira não. Ta ligado. (...) Aqui é um papo red mesmo. O bagulho vai ficar sério mesmo. Pode olhar pra minha cara mesmo, marcar minha cara mesmo. É o crime mesmo. O bagulho é sério. É o comando vermelho. Vou explodir a cabeça dela 6 horas. (...) Vou botar minha chapa pra esquentar nessa porra (...) 6 horas ela aqui vai morrer. Então paga pra ver. Pode filmar tudo pro Brasil olhar mesmo. Vou botar minha chapa pra esquentar nessa porra. Há 15 anos arrancaram a cabeça da minha mãe, ta ligado. Fiz a 26 não tenho nada pra perder. (...)



Ta ligado, ta ligado, né (...).



Aqui não é filme de ação não, aqui o bagulho é sério, meu irmão (...). Eu soube que vocês fizeram aquilo lá em Vigário, né. Não botaram a chapa pra esquentar em Vigário? Não botaram? Não mataram os irmãozinhos lá da Candelária? Eu tava lá. Você não tava lá não? Pergunta quem foi.

Primeiramente, é importante ressaltarmos a visibilidade que Sandro possui nesse trecho, visibilidade no corpo/rosto, diferente do que ocorre em *Falcão*, onde os sujeitos são mostrados em fragmentos e desfocados. Podemos dizer, por meio das imagens, que há uma passagem da invisibilidade social (pela sua situação de exclusão/expulsão), para a visibilidade proporcionada pela violência, tendo em vista ser por meio dessa prática que ele se torna alguém. No entanto, essa visibilidade é o lugar do real, pois, pelas imagens, temos a visibilidade de um sujeito com uma arma apontada para uma refém, é uma visibilidade que personifica a violência, desse modo, impossível de ser aceita.

Considerando o trecho exposto, podemos dizer que há várias falas que podem ser incluídas no mesmo sítio de significações das escritas de batom que formaram o sentido de bandido, crime e violência. São os enunciados “o bagulho vai ficar sério”, “é

o crime mesmo”, “é o comando vermelho”, “vou explodir a cabeça dela”, “vou botar minha chapa pra esquentar”. Falas acompanhadas por imagens de um sujeito com a arma apontada para a cabeça de uma refém, sendo que, em um momento (segundo quadro), ele aponta a arma para os sujeitos que se encontravam no local. A partir de tais imagens acompanhadas por referências feitas ao crime, ao comando vermelho, e à violência das ações que ele iria praticar se construiu, para aqueles que presenciaram o fato, o sentido de bandido, ao trazer à memória o que significa o crime organizado, a facção criminosa Comando Vermelho, ou mesmo a violência social para o Rio de Janeiro e todo o Brasil.

No entanto, logo no início da sequência, temos a frase, “da mesma forma que vocês é perverso, também não sou de bobeira”, que contém dois pressupostos, ele é perverso, mas ele é perverso como todo o restante da sociedade. O sujeito atribui caráter igualitário no que se refere à perversidade social e a dele. Como essa comparação significa? Que sentidos de crime e violência podem ser relacionados a esse enunciado?

O enunciado possui relação com o restante do trecho: “Há 15 anos arrancaram a cabeça da minha mãe, ta ligado”; “Eu soube que vocês fizeram aquilo lá em Vigário, né. Não botaram a chapa pra esquentar em Vigário? Não botaram? Não mataram os irmãozinhos lá da Candelária? Eu tava lá. Você não tava lá não? Pergunta quem foi”.

São enunciados que se relacionam parafrasticamente à frase escrita no ônibus - “Arrancaram a cabeça da sua mãe” – e ao enunciado – “da mesma forma que vocês é perverso, também não sou de bobeira” – e significam por se encontrarem ancoradas a uma formação discursiva que considera ser a violência, primeiramente e perversamente, cometida por grupos de “dentro” da sociedade, incluídos. A construção do documentário mostra que Sandro se subjetiva como um igual e ao mesmo tempo uma vítima.

Podemos compreender a fala de Sandro à luz das concepções marxistas⁹ em que um fenômeno consiste na síntese da totalidade. Como a sociedade foi violenta, ele está respondendo à altura, pois não foram “bandidos”, “meninos de rua” responsáveis pela Chacina da Candelária ou de Vigário Geral. Ao dar visibilidade/retomar esses

⁹ Segundo Marx as relações em uma sociedade formam um todo. Essa totalidade determina um fenômeno e é determinada por ele. Nesse sentido, um fenômeno não se constitui na soma de variáveis e nem na soma de fenômenos. Os fenômenos devem ser compreendidos como síntese da totalidade.

enunciados, o documentário constrói a subjetividade não do Sandro-bandido, e sim do Sandro-vítima, sujeito que se encontrava na rua lugar considerado excluído do meio social, não possuía direitos reconhecidos, e ainda presenciou e sobreviveu a momentos terríveis quando criança: a mãe degolada; a chacina da Candelária. Tais enunciados recuperam a memória de acontecimentos que marcaram a cena brasileira como o massacre na favela de Vigário Geral, em 30 de agosto de 1993, e a chacina dos meninos da Candelária, 23 de julho de 1993. Ao trazer a regularidade do discurso da vítima, também se produz o sentido de sujeito de direito.

No trecho em questão, o verbal e a imagem se relacionam pela contradição e fazem trabalhar a incompletude no outro, como característica constitutiva da linguagem. Ou seja, as imagens do sujeito que compõem a cena são constituídas por significantes que remetem à violência: arma, reféns, ameaças. No entanto, na relação com o verbal, a imagem da violência falha, devido ao fato de Sandro expor seu lado vítima, este último também constituído pela incompletude, devido a imagem da violência. Na retomada de uma materialidade a outra novos sentidos são reclamados, num movimento constante, um percurso que nunca cessa. Sentidos que se inscrevem na história e são resultados da relação entre diferentes materialidades, não aparecem isoladamente.

O discurso complexo, resultado da relação entre o verbal e a imagem, funciona pela contradição. A imagem seria a figura do bandido, um bandido com visibilidade para falar a grande parte da sociedade, às câmeras de televisão. A visibilidade de Sandro, por meio da violência, é uma forma de ele atribuir visibilidade também à violência por ele sofrida, como vítima. Por meio do verbal, podemos encontrar discursividades de vítima. Mas, tal relação não se constitui na imagem, ela falha, pois o bandido é a negação da vítima.

Podemos dizer que a contradição nesse trecho consiste no lugar do equívoco, tendo em vista encontrar-se inscrito na construção discursiva da obra. Falar em equívocos nos permite vislumbrar a relação entre real da língua e real da história, o ponto em que a língua toca a história. As relações equívocas se manifestam nas imagens enquanto significantes que se encontram inscritas na língua, elas materializam o sujeito-bandido que é mostrado segurando uma refém com uma arma apontada para sua cabeça. No entanto, na relação com o verbal há opacidade, há falha, há real, pois o verbal materializa discursividades de vítima. Essa falha pode ser apontada como resultado da

relação entre a materialidade imagética e verbal e consiste na própria falha da língua na história. A construção do documentário estabeleceu historicidades outras referente ao que linguisticamente se considera bandido e vítima, como podemos vislumbrar no seguinte fragmento:



Aqui não é filme de ação não, aqui o bagulho é sério, meu irmão (...). Eu soube que vocês fizeram aquilo lá em Vigário, né. Não botaram a chapa pra esquentar em Vigário? Não botaram? Não mataram os irmãozinhos lá da Candelária? Eu tava lá. Você não tava lá não? Pergunta quem foi.

São estes questionamentos que se estabelecem, ganham visibilidade na produção de Padilha e que ficaram apagadas durante o episódio, pois já se tinha uma concepção de bandido bastante cristalizada. Se os enunciados, “há 15 anos arrancaram a cabeça da minha mãe, ta ligado”; “Eu soube que vocês fizeram aquilo lá em Vigário, né. Não botaram a chapa pra esquentar em Vigário? Não botaram? Não mataram os irmãozinhos lá da Candelária? Eu tava lá. Você não tava lá não? Pergunta quem foi”, tivessem sido ditos por um outro sujeito em outras condições de produção, será que não teriam significado de outra maneira? Não teriam reconhecido o Sandro – vítima?

5.3. MAIS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O SUJEITO

Um segundo trecho que escolhemos para analisar aspectos da construção da subjetividade em *Ônibus 174* consiste na cena final do documentário. Temos as imagens do fim do assalto, o desfecho da situação, em que é mostrado, inicialmente, Sandro descendo do ônibus com a refém Geísa, segundos depois, houve-se o tiro e a gritaria da população que se encontrava no local. A cena então volta ao momento que Sandro sai do ônibus e transcorre toda em câmera lenta, com diferentes enquadramentos e acompanhada de comentários de diferentes personagens sociais que tiveram algum envolvimento com o protagonista da situação: policiais do Bope, reféns, colegas etc.

Esse trecho, assim como outros do documentário, é constituído a partir do que Orlandi (2005) denomina *acrécscimo*.

O acréscimo ocorre ao se colocar um elemento novo que se imprime/comprime sobre a linearidade do discurso. Isso ocorre, segundo a autora, por meio de uma *expansão*, movimento que vai o interior do discurso para o exterior. Ou através de uma *inserção ou intrusão*, algo do exterior que é acrescido ao interior do material produzido.

Na construção do trecho em questão, o acréscimo foi feito por meio de uma inserção ou intrusão, pois à produção, feita a partir de imagens de arquivos sobre o acontecimento, foi inserido vários comentários de personagens sociais de diversas instâncias.

O discurso do documentário, não sendo uma reprodução linear da transmissão da TV, construiu outros sentidos para o sujeito, diferente do discurso midiático, produzindo a visibilidade do sujeito-vítima.

É um jogo tenso entre um real histórico do sujeito, lugar da contradição social em que ele se encontrava inserido¹⁰ e a ficção, tendo em vista o fato de o documentário consistir em uma construção discursiva, feito por mecanismos simbólicos materializados por significantes verbais e imagéticos.

Os efeitos de sentido sobre o personagem social Sandro são produzidos nessa forma de exposição da cena em que as imagens do assalto, tal como foram transmitidas pela mídia televisiva, são mostradas com o acompanhamento de comentários de diferentes personagens sociais. A relação, entre verbal (comentário) e imagem, consiste, uma vez mais, no que estamos caracterizando, baseados em Zen (2007), como Discurso Complexo.

Se, como dizia Friedrich Nietzsche, “não há fatos, só interpretações”, cada personagem social, que produziu um comentário sobre o acontecimento, interpretou os fatos da maneira como presenciaram. Consideramos os comentários como gestos de interpretação sobre o desfecho. Podemos dizer que há dois gestos de interpretação produzindo efeitos: o gesto de interpretação dos personagens sociais que a partir dos

¹⁰ Por contradição social estamos considerando a situação Sandro como menino de rua, posição em que poderia exigir direitos socialmente estabelecidos e, ao mesmo tempo, por ele “ser” menino de rua o caracterizava como um sujeito excluído, considerando o sentido que *rua* adquiriu em nossa contemporaneidade. Isso fazia de Sandro alguém sem direitos.

comentários retomam o acontecimento; e o gesto de interpretação feito pelo documentarista por meio da seleção de material no momento da montagem.

O recorte referente ao restante da cena, também, não se encontra transcrito na íntegra, selecionamos algumas imagens e comentários. Apesar do recorte, as imagens e os comentários foram expostos da forma e sequência em que aparecem no filme, ou seja, no quadro que montamos, o verbal se refere à imagem tal como se encontra na produção.

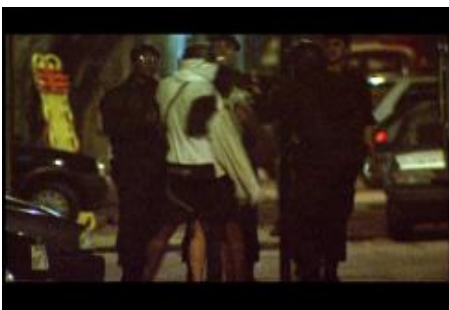
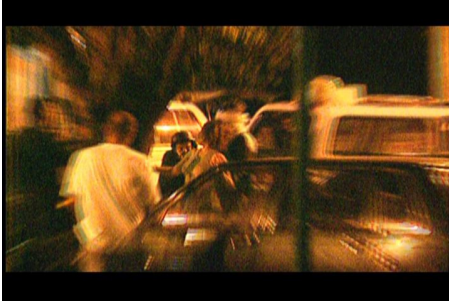
O recorte realizado no discurso verbal e nas imagens foi uma forma de buscar compreender as relações significantes, entre os elementos significantes que compõem a cena e constroem aspectos da subjetividade de Sandro, pois como já destacamos, essa é a função, segundo Lagazzi (s/d), do gesto analítico de recortar.



SOBRE A AÇÃO DOS POLICIAIS¹¹:

SD1: A atitude dele inicial foi fazer o quê? Foi aproveitar que o Sandro tava de costas pra ele pra fazer o disparo. Só que o ferrolho estava na retaguarda. Ele partiu pra cima do Sandro e ele sabia que se ele liberasse o ferrolho na sua partida ele despertaria a atenção do Sandro de longe e quando ele chegou aproximadamente a 2 palmos da cabeça do Sandro, ele liberou o ferrolho da HK (neste momento há o barulho do ferrolho), mas, infelizmente, chamou a atenção do Sandro. Ele tinha uma refém, um revólver com três tiros e o Marcelo partindo pra cima dele com uma arma apontada na cara dele, pra atirar nele. Qual seria a reação normal, instintiva do ser humano? Se proteger com a refém e atirar no seu agressor ainda que ele soubesse que poderia morrer nas mãos dos outros policiais.

¹¹ Os títulos que aparecerem expostos não fazem parte do documentário. Eles foram introduzidos para melhor situar o leitor dos recortes selecionados.

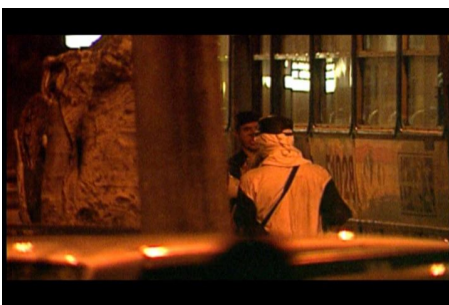
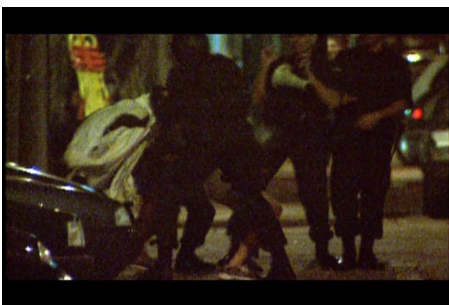


SD2 (refém): Pelo reflexo, se alguém atirasse nele, ele tava com o dedo no gatilho, ele mataria a Geísa do mesmo jeito.

SD3 (policial): E aquele desvio de cabeça que ele deu foi o bastante para o Marcelo errar os 2 tiros.

(...)

Som do tiro ...



SD4 (ex-comandante): Naquele momento ali, a gente viu que faltava muita coisa. Parece que, as coisas que a gente vivia pedindo, os equipamentos, os treinamentos, os cursos, tudo aquilo, parece que naquele momento desabou. (a cena volta ao momento em que Sandro sai do ônibus e é exposta novamente).

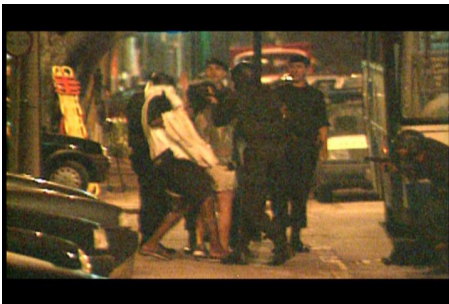
SD5: O que o Marcelo fez foi uma coisa que nós aprendemos no nosso curso, é iniciativa. Ele teve iniciativa...



...Só que, infelizmente aquele dia era o dia da gente perder e ele errou aquele tiro por fração de milímetros.



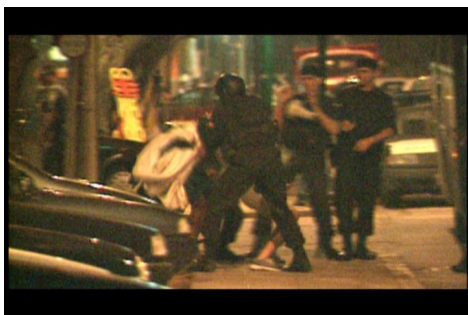
SD6: Eu, particularmente, acho que aquele foi o momento perfeito para a ação, só que ele errou o tiro.



SD7 (refém): Pô se eles tão ali é porque eles estudaram pra isso, treinaram pra isso. Tudo bem que todo mundo erra. Mas, errar com a vida de um ser humano, isso é grave. Muito grave.



Sons de tiros...



A construção dessa cena referente ao final do acontecimento impressiona, pois o sujeito-autor instala, uma vez mais, a contradição entre o verbal e as imagens, expõe o discurso, uma vez mais a falha, a não-coincidência entre as palavras e as coisas. O funcionamento tende à dispersão discursiva entre as diferentes materialidades e entre os próprios discursos verbais.

Por meio dos depoimentos, percebemos que a posição dos policiais é diferente daquelas das reféns. Para os policiais, não houve problemas no modo de conduzir toda a ação do final do assalto/sequestro, houve o erro, o tiro que seria para Sandro acertou a refém Geisa, mas, foi um erro resultante de falta de investimentos em treinamentos, equipamentos etc., “as coisas que a gente vivia pedindo, os equipamentos, os treinamentos, os cursos, tudo aquilo, parece que naquele momento desabou” (dep.3). Foi, também, um erro do acaso, da falta de sorte “Ele (policial que atirou) teve iniciativa. Só que, infelizmente aquele dia era o dia da gente perder e ele errou aquele tiro por fração de milímetros” (dep. 4), “Eu, particularmente, acho que aquele foi o momento perfeito para a ação, só que ele errou o tiro” (dep. 3).

Por outro lado, a posição das duas reféns que comentaram é diferente. Elas questionaram o modo como foi conduzido o desfecho, questionaram o fato de tal ação ter resultado na morte da refém Geísa: “Pelo reflexo, se alguém atirasse nele, ele tava

com o dedo no gatilho, ele mataria a Geísa do mesmo jeito” (dep.2), “Pô se eles tão ali é porque eles estudaram pra isso, treinaram pra isso. Tudo bem que todo mundo erra. Mas, errar com a vida de um ser humano, isso é grave. Muito grave” (dep.5). Poderíamos dividir os comentários em dois grupos, relacionando-os às formações discursivas correspondentes:

Formação discursiva dos policiais

SD1: A atitude dele inicial foi fazer o quê? Foi aproveitar que o Sandro tava de costas pra ele pra fazer o disparo. Só que o ferrolho estava na retaguarda. Ele partiu pra cima do Sandro e ele sabia que se ele liberasse o ferrolho na sua partida ele despertaria a atenção do Sandro de longe e quando ele chegou aproximadamente a 2 palmos da cabeça do Sandro, ele liberou o ferrolho da HK (neste momento há o barulho do ferrolho), mas, infelizmente, chamou a atenção do Sandro. Ele tinha uma refém, um revólver com três tiros e o Marcelo partindo pra cima dele com uma arma apontada na cara dele, pra atirar nele. Qual seria a reação normal, instintiva do ser humano? Se proteger com a refém e atirar no seu agressor ainda que ele soubesse que poderia morrer nas mãos dos outros policiais.

SD1 (policial): E aquele desvio de cabeça que ele deu foi o bastante para o Marcelo errar os 2 tiros.

SD3 (ex-comandante): Naquele momento ali, a gente viu que faltava muita coisa. Parece que, as coisas que a gente vivia pedindo, os equipamentos, os treinamentos, os cursos, tudo aquilo, parece que naquele momento desabou.

SD4: O que o Marcelo fez foi uma coisa que nós aprendemos no nosso curso, é iniciativa. Ele teve iniciativa. Só que, infelizmente aquele dia era o dia da gente perder e ele errou aquele tiro por fração de milímetros.

Formação discursiva dos reféns

SD2 (refém): Pelo reflexo, se alguém atirasse nele, ele tava com o dedo no gatilho, ele mataria a Geísa do mesmo jeito.

SD5 (refém): Pô se eles tão ali é porque eles estudaram pra isso, treinaram pra isso. Tudo bem que todo mundo erra. Mas, errar com a vida de um ser humano, isso é grave. Muito grave.

Temos aqui, o confronto entre duas formações discursivas, referente à interpretação do que seria “erro” nesse acontecimento. Da perspectiva dos policiais, o erro foi não saber atirar/não estar preparado para atirar. Da perspectiva das reféns, o erro foi não considerar o “ser humano” (“errar com a vida de um ser humano”). Quando a personagem fala em “ser humano”, a referência se estabelece em relação à Geísa, que foi quem recebeu o tiro do policial e morreu. O sujeito Sandro enquanto ser humano é desconsiderado.

A posição sujeito dos policiais, também, não interpreta Sandro como ser humano, isso está marcado no seguinte depoimento: “(...) qual seria a atitude normal instintiva do ser humano?”. A fala trabalha o pressuposto de que Sandro não teve uma atitude normal, *normal* significando em oposição a *louco*, e, na historicidade do dizer, a *não humano*. Nesse sentido, o erro não é significado como de responsabilidade do policial, mas de Sandro (que virou a cabeça), da corporação ou governo (que não financia treinamento).

As imagens referentes a esse trecho mostram um sujeito com o rosto coberto, arma e refém. O conjunto desses significantes traz, uma vez mais, a memória de bandido tal como cristalizada no imaginário social, no entanto, há frestas no que está sendo representado, pois a falha é constitutiva da ordem simbólica.

Ao voltar nosso olhar para a sequência em questão alguns elementos nos inquietam, dentre eles, o sujeito Sandro diante dos policiais. Vemos, um sujeito pequeno diante do cerco formado. A posição do sujeito, vestindo camiseta, bermuda, boné, com os pés descalços, diante de policiais uniformizados e armados, deixou-o pequeno em relação à situação.



Ao nos atentarmos ao conjunto de imagens referentes ao momento em que o policial faz os disparos, outros elementos chamam nossa atenção. Quando o policial se aproxima, Sandro apenas vira a cabeça (imagem 1 da sequência abaixo), quando é ameaçado com a arma, sua postura corporal parece se encolher:



Nesse momento do trecho em que o corpo de Sandro parece se proteger da ação do policial temos, repetidamente, sons de tiros. Na imagem 2, percebemos que o sujeito dá um passo para trás, na 3 e 4, percebemos que ele abaixa a cabeça e ergue o ombro, encolhendo-se. Esta postura não faz parte do imaginário social de bandido que circula no meio social. Nesse momento, mais falhas, dispersões, na representação do bandido com o rosto coberto e a arma na cabeça da refém. Encontramos, em tal postura corporal retraída, o “menino”, ou mesmo, o “menino de rua”, que, ao ter sido ameaçado, não demonstrou qualquer reação e ainda se encolheu.

A contradição aparece como característica constitutiva na construção do documentário. Ao colocar o sujeito Sandro no lugar de vítima ele instala descontinuidades ao acontecimento. Esses aspectos constroem sentidos outros, e estabelecem um impasse, devido ao fato de vivermos em uma sociedade que dicotomiza “bandidos” e “vítimas”. Esse impasse se caracteriza por ser social e histórico. Ao considerarmos sua historicidade, podemos dizer que ele afeta a univocidade linguística sobre o sujeito Sandro e sobre tantos outros “Sandros” existentes.

Uma vez mais é importante destacar que os sentidos nos trechos aqui selecionados foram buscados na relação verbal/imagem. O verbal, no trecho em

questão, enfatiza o desfecho, o erro, a situação de Sandro como marginal, desconsiderando-o enquanto ser humano. As imagens mostram um sujeito pequeno diante da grandiosidade do espetáculo do acontecimento, tal como ocorreu em 2000. Um sujeito cercado por policiais que ao ser ameaçado não demonstrou reação e se encolheu.

O corpo que se encolhe, como “atitude normal e instintiva”, nos permite dizer que Sandro era um sujeito que estava mais acostumado a se proteger de uma ameaça do que a reagir violentamente a ela. Como quando presenciou a mãe ter sido degolada, ou a Chacina da Candelária. É a contradição inscrita em seu próprio corpo que, ao mesmo tempo, ameaça (com a refém, a arma) e se encolhe (buscando proteção). É o corpo da violência e da vítima, ou seja, sem univocidade histórica e linguística a constituí-lo.

O discurso complexo funciona, nesse último trecho, por uma não relação, pois temos depoimentos que relatam o final do acontecimento e o significam no interior de diferentes FDs (dos policiais e das reféns). No entanto, a FD do sujeito-Sandro é desconsiderada no verbal, que materializa significações a respeito do policial que atirou, da refém, do tiro que a acertou. A formação discursiva de Sandro, que expõe aspectos subjetivos do personagem social, é mostrada apenas nas imagens que expõe o corpo por meio da contradição.

Há, na produção, um contraponto entre a imagem que mostra a postura do bandido, tal como transmitida pela mídia televisiva. E a imagem do sujeito-menino da maneira como foi construída por meio dos depoimentos de pessoas próximas de Sandro e, também, pelo tratamento outro atribuído às imagens, tendo em vista terem sido as mesmas imagens utilizadas pela mídia.

Podemos dizer que esse contraponto materializa o confronto que diariamente se faz presente em nosso cotidiano, entre os sujeitos socialmente incluídos e os que sucumbem (devido à exclusão, e ao apagamento) à criminalidade e violência.

Após a cena dos tiros, o filme mostra como foi a ação da população e dos policiais, que se faziam presente no local, em relação a Sandro:



APÓS OS TIROS, A POPULAÇÃO
INVADE O LOCAL
Gritos de “filho da puta...”

SD1: Foi só o tempo de eu tirar a câmera
do tripé que a multidão passou por cima
pra linchar o Sandro.



SD2: Foram pra cima do cara pra pegar
mesmo, tanto que ali chegou a rolar
empurra, empurra com a PM mesmo, da
população com a PM pra tentar pegar o
cara, gritando pra matar: mata, mata...



Música e gritaria...





SD3: Os policiais eles achavam que o Sandro estava alvejado, uma quantidade de sangue tava na cabeça do Sandro, eles julgavam que o Sandro tinha sido alvejado, também. Isso pode ter levado os policiais a ter executado? Pode. Com certeza pode. Eu não coloco minha mão no fogo...



(...)

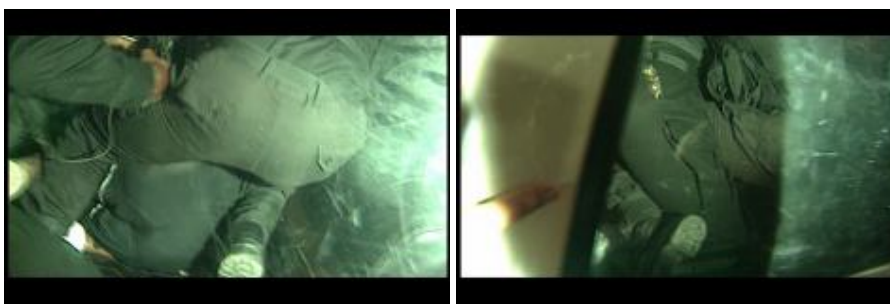


SD4: Conversando, também, com os policiais, eles disseram que o Sandro tava extremamente nervoso, resistia demais a ponto de estourar o pára-brisa da viatura com os pés, a ponto de morder os policiais, empurrar os policiais, a quebrar o braço de um policial. Aí foi necessário fazer um sufocamento pra desmaiá-lo

As últimas imagens que selecionamos são acompanhadas, no documentário, por gritos que mostram a população enfurecida, disposta a linchar Sandro. E comentários, em relação ao fato: “a multidão passou por cima pra linchar o Sandro...”; “Foram pra cima do cara pra pegar mesmo, tanto que ali chegou a rolar empurra, empurra com a PM mesmo, da população com a PM pra tentar pegar o cara, gritando pra matar: mata, mata...”.



No que se refere à ação dos policiais, há algumas razões exposta para justificar a ação de o terem matado: “eles acham que o Sandro estava alvejado...”. O sujeito estando alvejado legitima a ação de matar? Ou ainda, “Conversando, também, com os policiais, eles disseram que o Sandro tava extremamente nervoso, resistia demais a ponto de estourar o pára-brisa da viatura com os pés, a ponto de morder os policiais, empurrar os policiais, a quebrar o braço de um policial. Aí foi necessário fazer um sufocamento pra desmaiá-lo”. No entanto, pelas imagens de Sandro na viatura com os policiais, haveria a possibilidade do sujeito, “estourar pára-brisa com os pés”, “empurrar os policiais”, “quebrar o braço de um policial”?



O discurso complexo, nesse trecho, funciona pelo equívoco, essa falha da língua na história. É mostrado imagens que mostram policiais amontoados sobre Sandro, imobilizando-o completamente e, na sequência, aparecem comentários, referentes às falas dos policiais, dizendo que Sandro estava violento. No entanto, as imagens materializam a impossibilidade de Sandro ter realizado qualquer gesto mais amplo, como quebrar o braço de alguém, ou mesmo o pára-brisa da viatura. É possível perceber esse equívoco por meio da relação entre as imagens e o verbal, que resulta em uma estrutura outra, complexa, que expõe o fato de policiais matarem um sujeito impossibilitado de reagir. O equívoco nesse momento mostra que a língua não é transparente e todas as evidências referentes ao caso foram construídas pelo discurso da mídia televisiva, pelo modo de se transmitir o acontecimento e mesmo pelo tratamento atribuído a ele que permitiu uma quantidade significativa de sujeitos próximos ao local.

Nesse último trecho, que mostra a ação da população e dos policiais, podemos pensar, também, a presença da contradição estruturando as imagens, devido ao fato de vermos sujeitos dispostos a cometer um linchamento, policiais amontoados sobre o sujeito, impedindo-o de respirar, matando-o. Há, nessas ações, uma negação da condição de Sandro como “menino”, ou mesmo, como “ser humano”, tendo em vista

terem matado o bandido e o “bandido” no caso seria o não-sujeito, por isso, os policiais que cometeram tal ato acabaram sendo absolvidos da acusação.

Sandro ao ser interpretado, por todos no local, como “o bandido” (que havia sequestrado o ônibus, e atirado na refém) merecia morrer, pois a morte, em um imaginário social cristalizado, é uma consequência natural àqueles que optam pelo caminho da marginalidade. Sendo cristalizadas a concepção de bandido e a punição a ele estabelecida, não havia lugar para a falha, pois como enfatiza Orlandi (2005), quanto mais certas possuem os sujeitos, menos possibilidade de falhas. Nessa perspectiva, ao sujeito excluído por expulsão, que há muito tempo havia sido eliminado do meio social, foi aplicada a exclusão por aniquilamento. Exerceram sobre Sandro o direito de morte, tal como formulado por Foucault (2005).

O sujeito-autor, por meio da prática simbólica do documentário, mostra a contradição que constituiu o acontecimento em questão. Isso foi possível por meio da própria prática material significante da produção, responsável por ressignificar o acontecimento referente ao sequestro do ônibus 174, o que caracteriza o documentário como uma prática discursiva. Ou seja, a partir da imagem do *bandido* responsável pelo assalto (que poderíamos considerar como o não sujeito), construiu-se a figura do *menino*, significando-o e subjetivando-o como *menino de rua*, e devolvendo a ele o estatuto de *ser humano*, com isso, mostrando que Sandro não deveria ter sido morto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inseridos no interior da teoria da Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvemos nossa pesquisa com o intuito de compreender a construção discursiva de sentidos e subjetividade de crianças e adolescentes, nos documentários brasileiros: *Falcão: Meninos do Tráfico* e *Ônibus 174*, tendo em vista o contexto da criminalidade e violência em que esses sujeitos estão inseridos. Procuramos entender como esse processo ocorre, nas duas produções, a partir da relação entre o discurso verbal e o discurso imagético, por meio de mecanismos simbólicos cuja constituição está pautada no jogo da língua (sujeita a falhas) na história (lugar da contradição), produzindo o equívoco como resultado desse jogo. Nosso gesto de interpretação sobre o verbal e a imagem foi aqui considerado a partir do que Zen (2007) denominou de discurso complexo, fato que nos permitiu pensar a maneira como novos sentidos surgiram e se inscreveram nos filmes a partir da relação entre diferentes materialidades.

Abordar os documentários pelo viés da Análise de Discurso nos possibilitou pensá-los como gestos de interpretação dos sujeitos-autores (documentaristas), que produziram/construíram sentidos a partir do que filmaram e do modo como filmaram. Com isso, cada realidade mostrada pôde ser considerada como um efeito produzido na dispersão de sentidos e sujeitos, sendo que, tal construção se materializou por meio de mecanismos simbólicos verbais e imagéticos.

Em *Falcão*, a construção discursiva foi feita por um sujeito-autor da favela que conviveu com o tráfico e com todas as tragédias relacionadas a essa atividade. O autor deu voz a sujeitos-menino que falaram de dentro do tráfico e mostrou os motivos de eles se encontrarem nesse meio e o tratamento recebido. Os sentidos foram sendo produzidos a partir do modo de significá-los, já desde o título que, ao estabelecer uma relação metafórica entre *falcão* e *meninos do tráfico*, mobiliza uma rede de significantes no interior da formação discursiva do tráfico produzindo o sentido para o sujeito: ao mesmo tempo em que ele apresenta-se, pelo verbal, como sujeito incluído (no trabalho, pois ele é “menino do tráfico”, “jovem que vigia e toma conta da favela”, “aquele que ta no tráfico noturno”), ele é excluído enquanto ser humano (é *falcão*) e enquanto criança, tal como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No que se refere ao modo de exposição das imagens, elas não mostram sujeitos inteiros, há visibilidade em apenas algumas partes do corpo: mãos, olhos, boca. São partes do corpo utilizadas no tráfico, para “vigiar” e “tomar conta” da favela. A relação entre o verbal e as imagens, tal como materializada, nos permite estabelecer que no interior da formação discursiva do tráfico os *meninos* existem apenas enquanto pequenos fragmentos do tráfico cuja importância está diretamente ligada ao modo como eles podem servir à atividade criminal (como olhos, boca, mãos e braços que trabalham para o tráfico), do contrário, são apagados.

Por sua vez, em *Ônibus 174* o sujeito-autor construiu, discursivamente, sentidos e subjetividade para o adolescente Sandro significando-o como menino de rua. Desse lugar de menino de rua instaurado no contexto da criminalidade outro sentido se desdobrou: o de vítima. Esses efeitos são construídos, no documentário, por meio de depoimentos de diferentes autoridades (sociólogo, assistente social), assim como, de parentes e conhecidos do sujeito que expuseram as razões de ele ter ido morar nas ruas, discursos que estariam justificando seus atos e, ao mesmo tempo, o de tantos outros sujeitos em situação de rua. Nesse sentido, esses depoimentos foram interpretados por nós como *acréscimos* que, ao serem inseridos no filme, construíram outros efeitos de sentido diferentes daqueles produzidos pelo discurso midiático televisivo, utilizado pelo documentarista como fonte para sua produção.

Juntamente aos acréscimos, as imagens utilizadas no documentário também, materializaram sentidos outros relacionados com o caso. Tal relação, entre o verbal e as imagens, deixou vazas as falhas do acontecimento registrado pela mídia: a visibilidade do sujeito durante todo o momento, o fato de ele ter falado sobre os dramas vivenciados e ter saído sozinho para enfrentar todo um cerco que fora armado para ele. Essa abordagem nos leva a questionar: um sequestro acontece com tamanha visibilidade? Um criminoso faria declarações pessoais da própria vida? Um bandido perigoso enfrentaria um grupo de policiais sozinho? Essas questões, formuladas a partir do que o documentário construiu, enfatizaram, na produção, que enquanto bandido, o sujeito Sandro era apenas um menino, um menino de rua. Nessa conjuntura, o filme o subjetiva como vítima.

Podemos perceber que embora haja uma ressignificação de *meninos* nas duas produções, isso não ocorre de forma idêntica. Os efeitos de sentido produzidos na

constituição *meninos do tráfico*, em *Falcão*, e *meninos de rua*, em *Ônibus 174*, possuem diferenças significativas. Tais diferenças estabelecem lugares outros de construções de subjetividades. Os *meninos do tráfico* são mostrados como pertencentes ao contexto do crime, da violência e, nesse sentido, excluídos enquanto crianças e adolescentes no interior da formação discursiva do tráfico. Por outro lado, a construção discursiva, em relação a Sandro como *meninos de rua*, traz à memória o discurso oficial em relação aos sujeitos em situação de rua no Brasil, que textualiza a garantia de maiores direitos sociais. Nesse jogo interdiscursivo, o documentário produz o sentido de que Sandro deveria ter sido incluído na sociedade e não assassinado.

Lugares de falhas, contradições e equívocos, que construíram e constroem sentidos e subjetividade para crianças e adolescentes em situação de criminalidade e marginalidade. Nessa conjuntura, a exclusão social é produzida como um processo que significa esses sujeitos pertencentes ao contexto da criminalidade como sendo excluídos de sua condição de criança ou adolescente, tal como definido pelos Direitos Humanos e pelo ECA.

Para finalizar as discussões aqui expostas, gostaria de destacar que essas são algumas conclusões que alcançamos ao analisar a construção de sentidos do sujeito-criança e do sujeito-adolescente nos documentários destacados. Os sentidos permanecem abertos para outros gestos de interpretação.

REFERÊNCIAS

- ABECHE e RODRIGUES. **Família Contemporânea, Reflexo de um Individualismo Exacerbado?** Disponível em: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Alexandra_Rodrigues_e_Regina_Abeche.pdf. Acesso em: 6 de outubro de 2008.
- BENJAMIN, W. **Reflexões: A Criança, O Brinquedo e A Educação**. São Paulo: Summus, 1984.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2007.
- CALLIL, M. I. De Menino de Rua a Adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: **Adolescência Construída: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CANTARELLI e LEWKOWICZ. *Do Estado ao Mercado*. 2001.
- CASTELFRANCHI, Y. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um marco na luta pelos direitos**. <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=5&id=70>. Acesso em 6 de outubro de 2008.
- COLLINOT, A. e MAZIÈRE, F. A Língua Francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. IN: **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Org. Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- DEL PRIORI, M. Entrevista. In: **Folha de São Paulo** em 20 de abril de 2008.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo, v.1: o campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- ELIA, L. O Sujeito, o Real e o Social. In: **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. Org. Maria Cristina Ferreira e Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GADET, F. E PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível**. O discurso na história da linguística. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- HENRY, P. Sujeito, Sentido e Origem. In: **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, 2004.

HOUAISS, A. *et al.* **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LACAN, J. **O Seminário: Livro 1**: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. O Simbólico, o Imaginário e o Real. *In: Revista Papeis*, n. 4, abril de 1996. Disponível em: www.epol.dk3.com

MARIANI, B. Subjetividade e Imaginário Lingüístico. *In: Revista Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

METZ, C. A Respeito da Impressão de Realidade no Cinema. *In: A Significação no Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MORELLI, A. J. A Criança diante da Lei. *In: Müller, V. R. e Morelli, A. J. (orgs.). Criança e Adolescente: a arte de sobreviver*. Maringá: Eduem, 2002.

MÜLLER, V.R. Aspectos da Construção do Conceito de Infância. *In: Muller, V. R. e Morelli, A. J. (orgs.). Criança e Adolescente: a arte de sobreviver*. Maringá: Eduem, 2002.

NICHOLS, B. **Introdução ao Documentário**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

ORLANDI, E.P. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **Rua**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI – São Paulo, v. 1, n.1, p. 35-47, 1995.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 5ª edição, 2003.

_____. **Discurso e Texto**: *Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo**. Texto apresentado no II SEAD no Rio Grande do Sul (2005) e em João Pessoa. (ainda não publicado).

PAYER, M. Onice. “Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado”. *In: Rua*: Revista do Núcleo de desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP-NUCREDI. Campinas, SP, n. 11, março 2005.

PECHÊUX, M e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). *In: GADET, F e HAK, T. (Org). Por Uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni. P. Orlandi (et. Al) – 2. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 2006.

RODRIGUES, S. L. **Pontos de Parada na Discursividade Social: Alternância e Janelas.** CD-rom Giros na Cidade, produzido pelo Instituto da Linguagem, IEL, Unicamp, 2004.

_____. **O Recorte Significante na Memória.** Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead/trabalhos_aceitos/O_RECORTE.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

ROURE, G.Q. **Cinema, Educação e Psicanálise: uma questão de transmissão.** GT: Educação e Comunicação/ n.16. s/d. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT16-3724--Int.pdf

SANTOS, B. S. **A Gramática do Tempo: Por uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SCHALLER, J.J. Construir Um Viver Junto na Democracia Renovada. In: **Revista Educação e Pesquisa** da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. vol. 28, n. 02, p. 147-164, julho-dezembro de 2002.

SILVESTRE, E. e GOMES, T. M. Os Novos Espaços de Participação: Encruzilhadas e Desafios. In: Muller, V. R. e Morelli, A. J. (orgs.). **Criança e Adolescente: a arte de sobreviver.** Maringá: Eduem, 2002.

SKLIAR, C. **Pedagogia (Improvável) da Diferença. E se o outro não estivesse aí?** Trad. Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TASSO, I. E. V. S. “Mídia televisiva e políticas públicas de inclusão na pós-modernidade: igualdade, solidariedade e cidadania”. In: **Estudos do Texto e do Discuso.** Mapeando Conceitos e Métodos. Pedro Navarro (org). São Carlos: Claraluz, 2006.

XAVIER, I. **O Discurso Cinematográfico: a opacidade e a transparência.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ZEN, T. M. C. **A Construção do Sujeito-Leitor na Crônica Fotográfica.** Tese de Doutorado. UNICAMP, 2007.